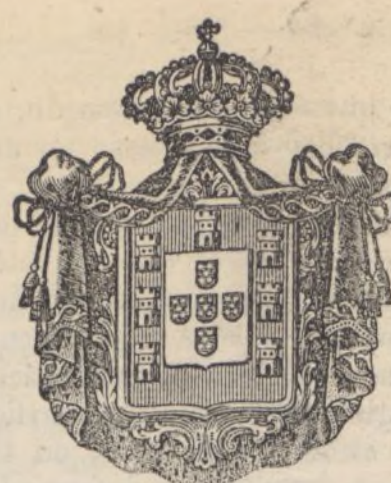


PREÇOS  
ASSIGNATURAS  
SEM ESTAMPILHA  
Por um anno ..... 10\$000  
Por seis mezes ..... 5\$600  
Por tres mezes ..... 3\$000  
Avulso por folha ..... \$040  
Anuncios, por linha ..... \$060

A correspondencia official da capital de-  
ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE  
LISBOA, na imprensa nacional, aonde igua-  
lmente se deve remetter, franca de porte, a  
correspondencia das provincias, assim co-  
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO  
DE LISBOA.  
Annunciam-se todas as publicações lit-  
terarias, de que se receberem dois exem-  
plares.

Anno 1860—Numero 82



Quarta-feira 11 de Abril



PREÇOS  
ASSIGNATURAS  
COM ESTAMPILHA  
Por um anno ..... 12\$000  
Por seis mezes ..... 6\$800  
Por tres mezes ..... 3\$600  
Comunicados e correspondencias,  
por linha ..... \$060

A correspondencia das provincias, assim  
a official como a particular, ou seja para  
realizar assignaturas da folha, ou para a  
publicação de editaes, annuncios ou com-  
municados, deve vir acompanhada da im-  
portancia das assignaturas ou do preço das  
publicações pedidas, sem o que não se ha-  
rá destino. Os annuncios serão dirigidos  
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua  
Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam  
sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA 2.ª Repartição

Serenissimo infante D. João Maria Fernando Pe-  
dro de Alcantara Miguel Rafael Gabriel Leopoldo  
Carlos Antonio Gregorio Francisco de Assis Borja  
Gonzaga Felix de Bragança e Bourbon Saxe-Co-  
bourg-Gotha, duque de Beja, tenente coronel do  
regimento de cavallaria n.º 4, meu muito amado e  
presado irmão. Eu D. Pedro, por graça de Deus  
rei de Portugal e dos Algarves etc., envio muito  
saudar a vossa alteza serenissima como áquelle que  
tanto amo e prezo.

Comprazendo-me em dar a vossa alteza serenis-  
sima, um solemne testemunho dos sentimentos de  
affecto e amizade que consagro a vossa alteza se-  
renissima, e do elevado apreço em que tenho as suas  
distintas qualidades, e a nobre dedicação com que  
vossa alteza serenissima tem procurado satisfazer  
as obrigações do seu alto nascimento; e por espe-  
rar do amor de vossa alteza serenissima pela minha  
pessoa, e do respeito devido a si proprio e aos exem-  
plos de nossos augustos progenitores, que vossa al-  
teza serenissima imitará sempre as heroicas acções  
e actos de coragem e devoção civica dos principes  
portuguezes que mais tiveram a peito promover a  
prosperidade, a gloria e independencia nacional:  
hei por bem conferir a vossa alteza serenissima a  
banda de gran-cruz da antiga, muito nobre e real  
ordem militar portugueza da torre e espada do va-

lor, lealdade e merito, cujas insignias serão apre-  
sentadas a vossa alteza serenissima com esta minha  
carta.

Serenissimo infante D. João Maria Fernando Pe-  
dro de Alcantara Miguel Rafael Gabriel Leopoldo  
Carlos Antonio Gregorio Francisco de Assis Borja  
Gonzaga Felix de Bragança e Bourbon Saxe-Co-  
bourg-Gotha, duque de Beja, tenente coronel do  
regimento de cavallaria n.º 4, meu muito amado e  
presado irmão. Nosso Senhor haja a angusta pes-  
soa de vossa alteza serenissima em sua continua  
guarda.

Escrepta no paço das Necessidades, em 8 de março  
de 1860.—De vossa alteza serenissima, estremo-  
so irmão.—PEDRO.—Antonio Maria de Fontes Pereira  
de Mello.

### DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA 3.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei, sendo-lhe presente o re-  
querimento em que João Augusto Ferreira Bem-  
feito, actual professor temporario da cadeira de in-  
strução primaria da ribeira da villa de Santarem,  
allegando ter recebido só metade do ordenado d'esta  
cadeira, durante vinte mezes que a esteve regendo  
como professor interino, por nomeação do respectivo  
commissario dos estudos, pede se lhe mande pagar  
a outra metade do ordenado, por isso que a cadeira  
se achava vaga em consequencia do fallecimento  
do professor proprietario d'ella;

Considerando que o serviço extraordinario e pro-  
visorio do ensino primario não deve ser melhor re-  
compensado no caso de vagatura das escolas, do  
que no caso de impedimento prolongado ou tempo-  
rario dos professores publicos;

Considerando que os professores interinos não po-  
dem gozar dos mesmos vencimentos que são por lei

conferidos aos professores encartados, porque não  
se sujeitam aos exames nem ás despezas por que es-  
tes têm de passar para se habilitarem e exercem  
o magisterio publico;

Considerando finalmente que aos professores pro-  
visorios, quer a escola esteja vaga, quer sirvam no  
impedimento dos proprietarios, compete sómente  
uma gratificação correspondente á metade do orde-  
nado e gratificação das cadeiras na razão do tem-  
po que as dirigirem, segundo o disposto no artigo  
30.º do regulamento de 25 de junho de 1851, e por  
analogia do que se acha estabelecido no artigo 29.º  
§ 2.º do mesmo regulamento, e no artigo 22.º § único  
do decreto com força de lei de 20 de setembro  
de 1844;

Ha por bem indeferir a pretensão do supplicante

por ser contraria aos regulamentos fundados na lei.  
O que assim manda o mesmo augusto senhor par-  
ticipar pelo ministerio do reino ao governador ci-  
vil do districto de Santarem, para sua intelligen-  
cia, e para que de futuro fique servindo de regra  
para casos similhantes.

Paço das Necessidades, em 9 de abril de 1860.  
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

### REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Tendo os vogaes da commissão nomeada, por de-  
creto de 26 de dezembro de 1859, para promover  
na corte do Rio de Janeiro donativos a favor da  
casa pia de Lisboa, offerecido generosamente a soma  
de 1:031 libras e 5 schillings, em uma letra  
sobre Londres: manda Sua Magestade El-Rei, pelo

ministerio dos negocios do reino, remetter a dita  
letra ao provedor do mencionado estabelecimento  
para que faça realizar a respectiva cobrança, e ap-  
licar depois a sua importancia conforme a vontade  
dos offentes.

Paço das Necessidades, em 7 de abril de 1860.  
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta  
de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver  
requerido por este ministerio D. Anna Thimotea  
Cordêiro de Abranches Bizarro, como cabeça de  
casal, o pagamento do que se ficara devendo a seu  
fallecido marido Joaquim Pedro de Abranches Bi-  
zarro, como lente, que foi, jubilado na escola me-  
dico-cirurgica de Lisboa.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Relação n.º 908, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

| NUMEROS DOS TITULOS                            |                                   | REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO |            |                                      |   |                                      |         |       |  |  |  | OBSERVAÇÕES |                                      |
|--|-----------------------------------|--|------------|--------------------------------------|---|--------------------------------------|---------|-------|--|--|--|-------------|--------------------------------------|
| DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO | DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO | TITULO DO LIVRO  | SEU NUMERO | NOMES DAS AGRAZIADAS                 | CLASSE INACTIVA A QUE FICAM PERTENCENDO | VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO | ANNUAL  | MESES |  |  |  |             |                                      |
| 11822  | -                                 | Pensões  | 38         | D. Eduarda Constança Telles Ferreira | Pens. de consideração                   | 216\$000                             | 18\$000 |       |  |  |  |             | Começa o abono em 4 do corrente mez. |
| 11823  | -                                 | "  | "          | D. Emilia Eugenia Pereira e Costa    | Idem                                    | 94\$500                              | 7\$875  |       |  |  |  |             | Idem.                                |
| 11824  | -                                 | "  | "          | D. Maria Benedicta Xavier de Brito   | Idem                                    | 435\$300                             | 36\$275 |       |  |  |  |             | Idem em 3 de março ultimo.           |
| 11825  | -                                 | "  | "          | D. Maria Gerarda das Mercês e Sousa  | Idem                                    | 131\$400                             | 10\$866 |       |  |  |  |             | Idem em 3 de novembro do anno findo. |
| 11826  | -                                 | "  | "          | D. Maria do O Pereira e Costa        | Idem                                    | 94\$500                              | 7\$875  |       |  |  |  |             | Idem em 4 do corrente mez.           |
| 11827  | -                                 | "  | "          | D. Rita Efigenia de Sousa            | Idem                                    | 32\$850                              | 2\$737  |       |  |  |  |             | Idem em 15 de março ultimo.          |

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 10 de abril de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Mappa do rendimento cobrado pelas transmissões telegraphicas nacionaes e internacionaes, e designação das taxas correspondentes aos despachos officiaes de serviço interno do estado, nas estações abaixo especificadas, desde 16 até 31 de outubro de 1859

| ESTAÇÕES                         | DIAS    |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         | PARTE INTERNACIONAL DOS DESPACHOS |           | DESPACHOS OFFICIAES QUE NÃO PAGAM TAXAS | SOMMA      | RENDIMENTO DA PRIMEIRA QUINZENA | SOMMA TOTAL DO MEZ |
|----------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------------------------|-----------|---|------------|---------------------------------|--------------------|
|                                  | 16      | 17      | 18      | 19      | 20      | 21      | 22      | 23      | 24      | 25      | 26      | 27      | 28      | 29      | 30      | 31      | Transmittidos                     | Recebidos |   |            |                                 |                    |
|                                  |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |                                   |           |   |            |                                 |                    |
| Principal em Lisboa.....         | 4\$890  | 17\$310 | 14\$060 | 30\$730 | 24\$010 | 23\$605 | 8\$345  | 8\$625  | 12\$020 | 12\$250 | 13\$795 | 16\$665 | 16\$785 | 6\$970  | 9\$315  | 21\$850 | 200\$541                          | 125\$662  | 120\$210                                | 687\$638   | 683\$617                        | 1.371\$255         |
| Cortes.....                      | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -                                 | -         | -                                       | -          | -                               | -                  |
| Necessidades.....                | -       | -       | -       | \$270   | -       | \$315   | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | \$830   | 5\$196                            | 3\$590    | -                                       | 10\$201    | 1\$090                          | 11\$291            |
| Cintra.....                      | \$270   | \$540   | -       | -       | 1\$135  | 1\$165  | \$540   | \$810   | \$270   | \$540   | -       | \$515   | \$325   | \$265   | \$865   | \$540   | -                                 | -         | \$435                                   | 8\$215     | 13\$155                         | 21\$370            |
| Maia.....                        | 1\$215  | -       | 1\$160  | \$675   | -       | -       | \$320   | 1\$130  | \$320   | -       | -       | -       | -       | -       | \$640   | -       | \$320                             | -         | -                                       | 5\$780     | 8\$925                          | 14\$705            |
| Belem.....                       | -       | -       | -       | \$220   | 1\$130  | 1\$265  | \$220   | -       | \$220   | \$440   | -       | \$220   | \$220   | -       | -       | \$220   | \$820                             | -         | 6\$970                                  | 11\$945    | 11\$835                         | 23\$780            |
| S. Julião da Barra.....          | -       | -       | \$480   | -       | -       | -       | -       | -       | -       | \$265   | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -                                 | -         | 1\$475                                  | 2\$220     | 6\$825                          | 9\$045             |
| Vendas Novas.....                | \$680   | \$520   | \$925   | \$860   | -       | -       | \$310   | -       | -       | -       | -       | \$540   | \$430   | \$310   | -       | -       | \$820                             | -         | -                                       | 5\$395     | 7\$620                          | 13\$015            |
| Monte-mór o Novo.....            | -       | \$730   | \$955   | \$920   | -       | -       | -       | -       | -       | \$480   | -       | \$300   | -       | \$300   | -       | -       | -                                 | -         | \$595                                   | 3\$680     | 2\$705                          | 6\$585             |
| Evora.....                       | -       | 2\$030  | 1\$325  | \$400   | -       | 1\$280  | -       | \$760   | 2\$540  | 2\$020  | 1\$840  | 1\$620  | 2\$740  | -       | -       | 1\$080  | -                                 | \$256     | 13\$140                                 | 31\$031    | 18\$370                         |                    |
| Estremoz.....                    | -       | -       | \$780   | \$440   | \$360   | -       | \$750   | \$400   | -       | \$400   | -       | \$730   | \$290   | 1\$315  | \$700   | \$290   | \$410                             | \$384     | 8\$200                                  | 16\$049    | 20\$395                         | 36\$444            |
| Elvas.....                       | -       | -       | -       | 3\$390  | -       | -       | -       | -       | -       | \$290   | \$580   | -       | 1\$210  | \$870   | -       | \$760   | 1\$504                            | 1\$025    | 10\$175                                 | 20\$404    | 22\$317                         | 42\$721            |
| Santarem.....                    | \$410   | \$360   | -       | -       | \$890   | -       | -       | 1\$155  | \$865   | \$360   | -       | -       | \$360   | \$390   | -       | \$870   | -                                 | -         | 11\$865                                 | 18\$065    | 16\$240                         | 34\$305            |
| Villa Franca.....                | -       | -       | -       | -       | \$270   | \$270   | \$510   | \$300   | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | \$540   | -                                 | -         | \$550                                   | 2\$440     | 1\$735                          | 4\$175             |
| Caldas.....                      | \$390   | 1\$560  | -       | -       | -       | -       | \$540   | \$780   | -       | -       | \$310   | -       | -       | -       | -       | \$390   | -                                 | -         | -                                       | 4\$510     | 5\$710                          | 10\$220            |
| Leiria.....                      | -       | -       | -       | \$405   | -       | 1\$490  | -       | \$915   | -       | -       | -       | -       | \$490   | -       | -       | \$630   | \$700                             | -         | -                                       | 3\$475     | 8\$105                          | 8\$475             |
| Coimbra.....                     | 1\$480  | 1\$040  | 4\$115  | 4\$860  | 2\$215  | 4\$310  | 1\$500  | 3\$875  | 5\$165  | -       | 1\$955  | 1\$205  | 1\$990  | 4\$095  | 1\$590  | 3\$240  | -                                 | -         | 9\$555                                  | 52\$190    | 75\$885                         | 128\$075           |
| Aveiro.....                      | -       | \$860   | 1\$405  | -       | -       | -       | 1\$650  | -       | -       | \$650   | -       | 1\$570  | -       | \$900   | -       | -       | -                                 | -         | 8\$155                                  | 15\$190    | 13\$885                         | 29\$075            |
| Oliveira de Azemeis.....         | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | \$280   | -       | 1\$360  | -       | -       | -       | 1\$015  | -                                 | -         | 1\$175                                  | 3\$830     | 2\$170                          | 6\$000             |
| Porto.....                       | 8\$457  | 3\$696  | 4\$476  | 6\$688  | 10\$142 | 10\$613 | 9\$692  | 4\$643  | 8\$082  | 7\$328  | 16\$998 | 9\$193  | 2\$861  | 12\$200 | 2\$897  | 6\$900  | 26\$122                           | 22\$841   | 56\$180                                 | 230\$004   | 271\$685                        | 501\$689           |
| Braga.....                       | 2\$630  | \$300   | 2\$020  | 3\$195  | \$330   | 1\$120  | \$360   | \$300   | 1\$590  | \$300   | 1\$200  | 1\$950  | 2\$670  | 2\$590  | \$300   | \$300   | -                                 | -         | 5\$220                                  | 26\$375    | 60\$077                         | 86\$452            |
| Vianna do Castello.....          | 1\$590  | 2\$120  | \$260   | 1\$010  | \$290   | 2\$290  | 2\$540  | 1\$520  | 3\$565  | \$300   | 3\$505  | 3\$555  | \$860   | 1\$650  | 1\$440  | \$260   | 1\$778                            | \$640     | 5\$550                                  | 34\$723    | 39\$682                         | 74\$405            |
| Caminha.....                     | \$440   | \$665   | \$925   | 1\$850  | \$250   | \$550   | -       | -       | \$240   | \$550   | \$870   | -       | -       | -       | -       | -       | 1\$913                            | -         | \$950                                   | 9\$203     | 11\$908                         | 21\$111            |
| Valença.....                     | \$770   | 2\$830  | -       | \$790   | 2\$540  | -       | 1\$260  | -       | -       | \$260   | -       | -       | 1\$140  | -       | -       | \$490   | -                                 | \$384     | 1\$310                                  | 11\$774    | 15\$523                         | 27\$297            |
| Beja.....                        | \$670   | -       | -       | -       | -       | 2\$145  | -       | 2\$005  | -       | 3\$515  | 1\$005  | \$680   | -       | \$4     | -       | \$670   | -                                 | -         | 1\$385                                  | 12\$075    | 14\$195                         | 26\$270            |
| Villa Real de Santo Antonio..... | \$510   | -       | \$310   | -       | 2\$235  | -       | \$390   | \$390   | 1\$275  | \$655   | 1\$430  | -       | 1\$150  | 2\$705  | 3\$165  | \$345   | 2\$187                            | \$513     | \$465                                   | 18\$605    | 4\$863                          | 23\$468            |
| Tavira.....                      | 1\$360  | \$520   | \$970   | \$260   | 3\$305  | -       | -       | \$290   | \$290   | -       | -       | 2\$045  | \$600   | -       | -       | \$970   | 1\$094                            | \$769     | 4\$360                                  | 16\$833    | 18\$219                         | 35\$052            |
| Faro.....                        | 1\$915  | 2\$720  | 4\$240  | 3\$910  | 4\$770  | 5\$905  | 4\$175  | \$260   | 2\$475  | -       | -       | 1\$135  | 1\$030  | -       | 7\$255  | \$905   | 3\$020                            | 5\$129    | 22\$355                                 | 71\$199    | 76\$572                         | 147\$771           |
| Thomar.....                      | -       | -       | 1\$480  | \$675   | 1\$490  | \$480   | -       | -       | -       | \$480   | \$480   | -       | \$810   | \$580   | -       | -       | -                                 | -         | -                                       | 6\$475     | 4\$220                          | 10\$695            |
| Barquinha.....                   | -       | -       | \$530   | -       | -       | \$240   | \$615   | -       | -       | -       | \$265   | -       | -       | \$440   | \$965   | -       | -                                 | -         | 1\$040                                  | 4\$095     | 8\$870                          | 12\$965            |
| Abrantes.....                    | -       | \$500   | -       | \$500   | \$550   | -       | \$500   | \$430   | -       | \$940   | \$500   | \$550   | 1\$000  | -       | -       | \$500   | -                                 | -         | -                                       | 5\$970     | 12\$595                         | 18\$565            |
| Castello Branco.....             | -       | 1\$900  | \$690   | 5\$415  | \$970   | -       | -       | -       | -       | \$390   | -       | \$690   | -       | 3\$650  | -       | \$690   | -                                 | -         | 5\$395                                  | 19\$790    | 10\$650                         | 30\$440            |
| Portalegre.....                  | -       | -       | \$450   | 1\$470  | \$710   | -       | \$300   | -       | \$720   | \$710   | \$710   | -       | -       | \$710   | 1\$340  | -       | 1\$230                            | -         | 77\$320                                 | 85\$670    | 21\$510                         | 107\$180           |
| Vizeu.....                       | 1\$595  | 2\$260  | 2\$585  | 3\$095  | -       | 1\$765  | -       | \$380   | 1\$660  | 2\$585  | 1\$440  | 1\$660  | 1\$210  | 1\$690  | -       | \$580   | -                                 | -         | 22\$735                                 | 45\$490    | 40\$880                         | 86\$370            |
| Foz do Douro.....                | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -                                 | -         | -                                       | -          | -                               | -                  |
| Cantareira.....                  | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -                                 | -         | -                                       | -          | -                               | -                  |
| Barcellos.....                   | -       | \$260   | 1\$230  | -       | \$260   | \$555   | -       | \$340   | \$240   | \$750   | -       | \$940   | -       | \$260   | 1\$100  | 1\$760  | -                                 | -         | -                                       | 7\$695     | 10\$835                         | 18\$530            |
| Barreiro.....                    | -       | -       | \$360   | \$360   | -       | -       | -       | -       | \$435   | -       | \$320   | -       | -       | -       | -       | -       | \$820                             | \$513     | -                                       | 2\$808     | 4\$395                          | 7\$203             |
| Setúbal.....                     | \$360   | 2\$145  | 2\$130  | 3\$480  | -       | 1\$720  | -       | -       | \$505   | 3\$780  | \$540   | \$540   | 5\$730  | \$850   | 4\$230  | -       | -                                 | 1\$026    | -                                       | 27\$036    | 20\$066                         | 47\$102            |
| Figueira da Foz.....             | \$780   | 1\$425  | \$930   | \$840   | 2\$480  | 2\$135  | 1\$660  | 4\$220  | 4\$200  | 4\$700  | 2\$200  | 1\$860  | 1\$235  | 3\$875  | 1\$030  | 1\$440  | \$547                             | -         | 15\$975                                 | 51\$532    | 24\$282                         | 75\$814            |
| Total.....                       | 30\$752 | 46\$291 | 48\$791 | 76\$708 | 60\$932 | 63\$758 | 36\$957 | 33\$738 | 46\$677 | 45\$048 | 49\$908 | 48\$653 | 46\$006 | 47\$795 | 37\$212 | 48\$065 | 248\$002                          | 162\$732  | 416\$215                                | 1.594\$240 | 1.591\$981                      | 3.186\$221         |

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 11 de janeiro de 1860.—O director geral, José Bernardo da Silva.

### MINISTERIO



datado de 14 de fevereiro do presente anno, consta que, tendo d'ali saído com destino para esta capital o brigue portuguez *Tino*, fôra ao segundo dia de viagem completamente desmastroado por um tufão, havendo em consequencia d'este desastre tornado a entrar n'aquelle porto onde, depois de feitas as diligencias do estylo, foi o casco do dito navio abandonado por conta de quem de direito fosse, e arrematado em hasta publica no dia 11 do citado mez de fevereiro.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 9 de abril de 1860.—*Emilio Achilles Monteverde*.

# MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA DIRECCAO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA Repartição de agricultura

## ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, no dia abaixo designado

|                                | TRIGO     |      | CEVADA    |      | MILHO     |      | CENTEIO   |      | FARINHA |      |
|--------------------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|---------|------|
|                                | Mols      | Alq. | Mols      | Alq. | Mols      | Alq. | Mols      | Alq. | Mols    | Alq. |
| Dia 31... (Entrada, nacionaes) | 14        | 12   | —         | —    | 84        | 34   | —         | —    | —       | 54   |
| (Existencia)                   | 24.440    | 11   | 916       | 82   | 1.006     | 26   | 990       | 25   | 426     | 53   |
| Preços                         | 620 a 780 |      | 360 a 400 |      | 400 a 450 |      | 410 a 430 |      | —       |      |

Repartição de agricultura, em 4 de abril de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares*.

Repartição do commercio e industria  
Resumo do activo e passivo do banco mercantil portuense, em 31 de março de 1860

| ACTIVO                                      |               |
|---|---------------|
| Existencia em dinheiro metalleo             | 978.899.667   |
| Letras de cambial e a receber               | 941.824.771   |
| Emprestimos sobre penhores                  | 146.894.184   |
| Ações da companhia utilidade publica        | 9.720.000     |
| Custo de obras da casa forte                | 276.610       |
| Movels e utensilios                         | 609.405       |
| Emprestimo ao governo para obras do Douro   | 64.094.658    |
| Idem ao dito para obras da barra            | 35.278.110    |
| Apollies em ser.                            | 152.200.000   |
| Diversas liquidacoes                        | 6.000.000     |
| Devedores em Lisboa e nas provincias        | 36.778.270    |
| Devedores no estrangeiro                    | 47.216.840    |
|   | 428.769.847   |
|   | 2.303.069.847 |
| PASSIVO                                     |               |
| Capital actual do banco                     | 1.300.000.000 |
| Diversos depositos                          | 55.119.314    |
| Obrigações do banco a prazo                 | 37.044.974    |
| Notas em circulação                         | 357.927.000   |
| Amortisação da emprestimo para o Douro      | 2.575.620     |
| Idem do dito para a barra                   | 2.737.300     |
| Juros de apollies vencidos e por pagar      | 186.000       |
| Dividendos a pagar                          | 8.561.000     |
| Fundo de reserva                            | 10.928.768    |
| Reserva para garantia de creditos duvidosos | 28.255.579    |
| Ganhos e perdas                             | 4.739.798     |
|   | 2.303.069.847 |

Porto e banco mercantil portuense, 2 de abril de 1860.—*Os gerentes, João Gomes de Oliveira e Silva, Carlos Francisco Monteiro.*

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 10 de abril de 1860.—*João Palla de Faria Laercida*.

## SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar na sexta-feira, 13 do corrente, sendo a ordem do dia os pareceres que as commissões apresentarem, e as interpellações que se acham pendentes.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 10 de abril de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constancio*.

## SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.<sup>mo</sup> conselheiro visconde d'Al-gés, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 7 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 22 de fevereiro do corrente anno do teor seguinte:

Tomando em consideração a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, sobre os recursos de recrutamento de 1859 abaixo relacionados;

Hei por bem, em vista da disposição do artigo 35.º da lei de 27 de julho de 1855, annullar os acordos recorridos dos respectivos conselhos de districto, por terem conhecido indevidamente das reclamações interpostas das decisões das camaras municipales, quando para isso não tinham competencia.

Recurso n.º 57—recorrente José, filho de Lourenço Rodrigues Malva, da freguezia do Ameal, concelho e districto de Coimbra.

Recurso n.º 61—recorrente Bento Gonçalves, da freguezia de Morgade, concelho de Mont'Alegre, districto de Villa Real.

Recurso n.º 140—recorrente Venancio Afonso, filho de Bento Afonso Pereira, da freguezia de S. Vicente da Chã, concelho de Mont'Alegre, districto de Villa Real.

Recurso n.º 151—recorrente Marianna do Carmo, por seu filho Gregorio, da freguezia de Ramalhã, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Recurso n.º 152—recorrente Luiz Francisco, por seu filho João, da freguezia de S. Pedro de Dois Portos, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Pago das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860.—*REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antonio de Roboredo*.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da Lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confiri com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 8 de março de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

Confirmando.—O chefe da repartição do contentioso, *João Antonio Ferreira de Passos*.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.<sup>mo</sup> conselheiro visconde d'Al-gés, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 7 de março proximo passado, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 20 de fevereiro do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos n.ºs 141 e 159 do recrutamento de 1859, em que são recorrentes José Joaquim Mendes Marques, da freguezia de S. Vicente da Chã, concelho de Mont'Alegre, districto de Villa Real, e Agostinho Vieira, por seu filho Francisco, da freguezia de Nossa Senhora do Pranto do Pago, concelho de Torres Novas, districto de Santarem;

Hei por bem denegar provimento nos ditos dois recursos, em vista da disposição do artigo 45.º da lei de 27 de julho de 1855, quanto ao primeiro; e quanto ao segundo por não lhe ser applicavel a do n.º 2.º do artigo 40.º da mesma lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do

reino assim o tenha entendido e faça executar. Pago das Necessidades, em 20 de fevereiro de 1860.—*REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antonio de Roboredo*.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confiri com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 2 de abril de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

Confirmando.—O chefe da repartição do contentioso, *João Antonio Ferreira de Passos*.

## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTICA PROCESSO N.º 1471

RELATOR O EX.<sup>mo</sup> CONSELHEIRO SUPLENTE AGUIAR  
Nos autos crimes, vindos da relação de Lisboa, recorrente, Balthazar Fernandes Fialho, o Baçello, recorrido, o ministerio publico, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc., que mostrando-se dos autos que os crimes de homicidio voluntario e de ferimento, de que n'elles se trata, foram commettidos no anno de 1848, e considerando que, conforme o artigo 117.º da reforma judiciaria, ao réu convencido de muitos crimes sómente era imposta a pena maior, e que o codigo penal não pôde ser applicado aos crimes anteriores á sua promulgação, excepto se modificou a pena, como se declara no artigo 70.º, não podendo por isso ter logar, quanto a estes crimes, a aggravação que, em attenção á circumstancia da accumulção de crimes, estabelece o artigo 87.º; é manifesto que, aggravando-se, no accordo recorrido, a pena de trabalhos publicos por toda a vida decretada no artigo 349.º, se fez errada applicação do citado artigo 87.º. Concedem por tanto a revista, annullam o accordo recorrido, e mandam que voltem os autos á mesma relação para, por diversos juizes, se dar cumprimento á lei.

Lisboa, 13 de março de 1860.—*Aguiar—Caldeira, visconde—Visconde de Fornos—Ferreira—Grade.*—Fui presente, *Sousa Azevedo*.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 29 de março de 1860.—O secretario, *José Maria Cardoso Castello Branco*.

## TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento de conta da responsabilidade da camara municipal do conselho de Villa Nova de Gaia, no anno economico de 1850 a 1851, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade da camara municipal do conselho de Villa Nova de Gaia, pela sua gerencia no anno economico de 1850 a 1851; vistos os orçamentos geral e supplementar a fl. 27 e 33 v., devidamente approvados por decreto real; visto o mappa comparativo a fl. 61; vistos os relatorios da 2.ª direcção d'este tribunal a fl. 706 e 725; vista a resolução do tribunal em conferencia de 2 de março corrente; visto o ultimo estado de ajustamento de conta a fl. 729; mostra-se que a receita no indicado anno fora de 13.856.657 réis, incluindo-se n'esta somma a quantia de 1.570.940 réis, saldo da conta do anno anterior, julgada por accordo do 23 de fevereiro de 1859; mostra-se por outro lado, que a despesa effectuada pela camara no mesmo anno montava, feitos os devidos abonos, a 12.443.517 réis; resultando da comparação do debito com o credito d'esta conta um saldo de 1.412.804 réis, o qual combina exactamente com o saldo que a camara accusa na sua conta a fl. 2; mostra-se finalmente, que a camara responsavel fora citada para responder n'esto processo; o que tudo visto e ponderado, e o mais que do processo consta, julgam bem e devidamente ajustada a conta de que se trata e livres de responsabilidade o presidente e vereadores da camara municipal de Villa Nova de Gaia, pela sua gerencia na anno economico de 1850 a 1851, devendo passar a debito da conta do anno economico de 1851 a 1852 o referido saldo da 1.412.804 réis.

Tribunal de contas, 23 de março de 1860.—*Larcher, relator—Margiuchi—Lara—Albergaria* (vencido em parte)—*Dr. Nogueira Soares*.—Fui presente, *Ramiro Coutinho*.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 3 de abril de 1860.—*Custodio Francisco Pereira Garcez*.

## CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que ha de dar de arrematação em hasta publica a remoção por tonelada da lama e lixo, que se depositar na abegoria da limpeza da cidade, para o sul do Tejo, no sitio da Lanchada, sendo a descarga por conta do arrematante, devendo ter logar a referida arrematação nos paços do concelho, no dia 17 do corrente, pela uma hora da tarde, a fim de se levar a effecto a quem por menor preço o fizer, e se assim convier á vereação.

A camara municipal de Lisboa faz saber que não se tendo realisado a arrematação que se havia annunciada para o dia 29 de março ultimo, relativa á construcção e collocação das grades de ferro para a rampa que fica em frente da casa da guarda do palacio das Necessidades, novamente se procederá á referida arrematação em hasta publica no dia 17 do corrente, pela uma hora da tarde: as pessoas que quizerem concorrer a ella podem no referido dia comparecer nos paços do concelho á hora indicada, a qual arrematação se verificará no caso do preço convir á vereação.

Camara, 10 de abril de 1860.—O escrivão da camara, *Nuno de Sá Pamplona*.

## REAL HOSPITAL DE INVALIDOS MILITARES EM RUNA

Na conformidade do artigo 5.º do decreto de 29 de dezembro de 1849, publicado na ordem do exercito n.º 4, de 1850, se annuncia que está aberto o concurso para se preencher o numero de invalidos, admissíveis n'este estabelecimento no anno economico de 1860 a 1861, com os officios e praças de

pret, qualquer que seja a sua situação, que tenham algumas das condições expressas no artigo 2.º do mesmo decreto.

Os individuos que desejarem obter esta collocação deverão remetter pelas vias competentes até ao dia 15 de maio proximo, á secretaria de estado dos negocios da guerra, os seus requerimentos, que serão acompanhados de certidão autentica, extrahida do livro de registo do corpo, ou repartição, em que o pretendente se achar servindo, ou tiver ultimamente servido, e devidamente informados pelas autoridades a que o candidato estiver sujeito, e a quem incumbem mostrar que o supplicante, pelo seu comportamento e regularidade de vida, não pôde perturbar o socego do estabelecimento, em que pretendem ser admitto.

Real hospital de invalidos militares em Runa, 31 de março de 1860.—*Mamuel Paes Coelho*, major, secretario.

## PARTIÇÃO NÃO OFFICIAL CORTES

### CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 2 DE ABRIL  
PRESIDENCIA DO EX.<sup>mo</sup> SR. VISCONDE DE LABORIM,  
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello e D. Pedro do Rio)

(Assistia o sr. presidente do conselho.)

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 25 dignos pares, declarou o ex.<sup>mo</sup> sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente.

O sr. Visconde da Granja—não recebeu a parte da acta que diz respeito ao projecto que apresentara na sessão passada; e pede por isso que se leia outra vez (leu-se).

O Orador—parece-lhe que ha uma equivocação, ou então esquecimento. Usando da faculdade que concede o regimento, quando acabou de ler o projecto, pediu que fosse mandado á commissão de administração publica; mas houve algem que lembrou que devia ir á commissão de agricultura. Não se oppõe a que vá a uma commissão, mas não desiste de que também vá á commissão de administração publica; porque, como quanto tenha alguma relação com aquella, o seu fim principal diz respeito á salubridade publica, que todos sabem que é um ramo de administração publica. Por consequencia, pede que o projecto seja remetido a ambas as commissões, e roga aos dignos membros das mesmas, que se não desviem de tomar conhecimento d'este negocio, e convidem os srs. ministros competentes para se acharem presentes quando d'elle se tratar.

O sr. Presidente—depois de approvada a acta consultarei a camara sobre o requerimento de s. ex.<sup>a</sup> Não tendo havido reclamação contra a acta, declarou-se approvada.

Pouco a votos o requerimento do sr. visconde da Granja, resolveu a camara que o projecto fosse a ambas as commissões.

O sr. Marquez de Vallada—pede a attenção do sr. presidente do conselho; e diz que necessita de dirigir uma pergunta ao sr. ministro do reino, pergunta importante, á qual está certo que s. ex.<sup>a</sup> não poderá logo responder.

Prometteu n'esta casa, por mais de uma vez, que não havia de abandonar o negocio da moeda falsa, negocio nefando e vergonhoso. Como se sabe, teve logar um acontecimento importante de que ha de pedir a responsabilidade ao sr. ministro do reino; mas para isso é necessario que s. ex.<sup>a</sup> aqui venha, que não trate esta casa com certa desconsideração, e não appareça aqui, senão para dar o gosto da sua companhia.

Se as camaras devem ter attenção pelos srs. ministros, cumpre-lhes também a elles, serem benevolos para com as camaras. Apesar de se achar gravemente incommodado não duvidou tomar a palavra para fazer as considerações, que julga do seu dever, o que sempre fará, quando o seu dever o chamar a esta casa; á qual, para este fim, nunca deixará de vir, ainda que seja n'uma maca, porque não abandona um negocio que tomou a peito; trata d'elle, defendendo a justiça no campo do interesse publico.

Desajava elle pois que o sr. presidente lhe desse a palavra para quando entrasse o sr. ministro do reino, ou então que s. ex.<sup>a</sup> fosse avisado de que elle orador necessitava, que quanto antes viesse s. ex.<sup>a</sup> a esta casa, porque temencia, talvez alem da pergunta importante sobre o negocio da moeda falsa, fazer algumas considerações sobre outro negocio, do qual não tomou a iniciativa, mas em que deseja tomar parte; e vem a ser, sobre a portaria a que alludiu o seu nobre amigo o sr. visconde de Fontes Arcada, em relação a esse celebre livro, intitulado *Tratado do Branco*, de que a imprensa periodica se tem occupado n'estes ultimos dias. Depois de annunciadas estas perguntas, deseja também saber do sr. ministro dos negocios estrangeiros, que está presente, se s. ex.<sup>a</sup> está informado do que se tem passado em Londres em relação aos nossos fundos; se s. ex.<sup>a</sup> tem conhecimento de um artigo publicado no *Times* onde o governo portuguez é tratado de *lancardreito*, e se lança grande desfavor sobre a terra em que nasceu. N'esta capital muita gente está aterrada com esse artigo, e os possuidores de fundos aterrorizados, temendo que haja alguma outra medida semelhante ao celebre e decantado decreto de 3 de dezembro sobre o qual elle fez uma previsão n'esta casa.

Este negocio é grave, a situação penivel, o mal conhece-se que é grande, o que é necessario é applicar-lhe o remedio. Applique-se-lhe pois; e para isso invoca o patriotismo do seu nobre amigo e parente, o sr. duque da Terceira; e empenha todas as tradições de familia de s. ex.<sup>a</sup>, tradições gloriosas de illustres serviços prestados por seus avós a esta terra de heroicas recordações. A s. ex.<sup>a</sup>, como chefe da situação, como chefe do gabinete, pede que faça tudo quanto em si couber para que escapemos do abismo em que nos vemos ameaçados de cair, abismo de que se não faz caso, como elle orador já viu n'um jornal, em que, tratando-se das despesas feitas pelos srs. ministros, dizia-se que não se viam esses abismos, de que tanto se fallava. Ha-os, sim; e já n'elles caímos; não se referindo a si, mas a todos, menos ao sr. ministro que nada perdeu; refere-se aos nossos fundos; refere-se ao descredito que lhe acarreou o decantado decreto de 3 de dezembro.

Terminou estas reflexões, todas do coração, e que fazia com o fogo proprio do temperamento, mas que mostra quanto é profunda a convicção de que está possuido; pedindo desculpa á camara do tempo que com ellas lhe tomou, posto que não lhe parece ter sido inutilmente occupado. Repete ao sr. ministro dos negocios estrangeiros o convite para que lhe dê algumas informações a ser possivel, mas caso não possa, por não estar habilitado, que as reserve para outra occasião, mesmo porque de maneira nenhuma deseja que a saúde de s. ex.<sup>a</sup> soffra, pois talvez não esteja ainda de todo restabelecido.

O sr. Presidente do conselho—sr. presidente, começarei por agradecer a s. ex.<sup>a</sup> as benevolencias expressões que me dirigiu, testemunhando-me os sentimentos pessoas que tem para comigo, e responderei ao digno par pelo meu collega, obrigação essa

que me impõe a qualidade de ministro; acerca do que disse quando começou a fallar. S. ex.<sup>a</sup> e a camara sabem que o governo, a que tenho a honra de pertencer, tem, como deve ter, toda a consideração pela camara dos dignos pares, e por tanto parece que s. ex.<sup>a</sup> (permita-me que lhe diga) foi um pouco exagerado quando disse que o sr. ministro do reino não tinha consideração pela camara, e que apenas aqui apparecia por instantes, e isso mesmo depressa, e de repente. O sr. ministro do reino está engajado n'uma discussão importante na camara dos srs. deputados, e é esse o motivo por que não vem mais cedo. Apesar d'isso escrevi-lhe um bilhete, pedindo-lhe que viesse aqui quanto antes para satisfazer aos desejos de s. ex.<sup>a</sup> o sr. marquez de Vallada.

Em quanto á pergunta que a mim, como ministro dos negocios estrangeiros, me dirigiu o digno par, responderei a s. ex.<sup>a</sup>, que me não consta que os nossos fundos fossem affectados alem do que aconteceu a todos; houve uma diminuição nos fundos, e creio que os portuguezes também alguma coisa soffram; estou porém convencido que não foi pelo que s. ex.<sup>a</sup> disse, fazendo allusão a um escripto ou papel publicado em Londres, e não sei que culpa tenha o governo de que um individuo escreva contra o credito portuguez. Fico por aqui, pois não estou habilitado para ir alem do que acabo de dizer.

O sr. Presidente, o meu collega o sr. ministro do reino acaba de mandar-me dizer em resposta ao bilhete que lhe escrevi, que n'este momento não podia vir a esta camara, mas eu me encargo de lhe fazer saber o que aqui se passou.

O sr. Marquez de Vallada—bem sabe que o governo não tem culpa de que um escriptor qualquer lance no papel certas idéas e aprecie d'esta ou daquela maneira os actos do ministerio; mas que s. ex.<sup>a</sup> não ignora que o papel a que se refere é o *Times*, um dos jornaes mais importantes da Inglaterra. Não se trata de um escriptor qualquer, ou de um homem assalariado que escreve, não o que lhe dicta a consciencia, mas o que lhe ordenam os seus interesses. O caso é muito differente; o escriptor é o de uma folha de importância europea, como o *Journal des Debats*, e varios outros conhecidos de s. ex.<sup>a</sup>

Era, e é necessario, que não se esteja diante dos effectos, mas que se vá direito á causa para bem a examinar. O governo pôde ser apreciado de um modo desfavoravel e apaixonado por um homem qualquer; quando porém os actos d'este ou d'aquelle ministro, de um ou de outro governo, podem autorisar certas suspeitas n'um paiz como a Inglaterra, e a um papel d'aquelle ordem, inspirado por quem, e redigido por quem, importante pelo que n'elle se escreve, e pelas pessoas que escrevem; parece-lhe que não pôde ter tal facto passar desapercibido. Languendo não d'elle, e pedindo explicações, julga não ter ido de encontro a nenhum bom principio, pois ouviu muitas pessoas que, como elle orador, estavam impressionadas com este acontecimento. O tempo mostrará se tem ou não razão em conceber receios pelo futuro do seu paiz.

Já aqui, em algumas discussões em que tem tomado parte, sabe que se disse que era exagerado; sabe mais que se lhe aconselharia, e talvez adoptasse o conselho, que fosse mais prudente; em breve porém encarregou-se o tempo de lhe dar razão, e os tribunaes do paiz mostraram que eram fundadas as opiniões que do alto da tribuna apresentou. Por isso persuade-se que não é, talvez, tão exagerado, quanto algumas vezes o têm julgado; e occasião virá em que ha de mostrar que assim foi; porque sabe esperar, tem bastante paciencia, apesar de parecer insoffrido, para esperar duas, tres, e quatro annos, e infirir então o castigo a quem o mereça.

Pedi desculpa d'esta pequena digressão, que lhe pareceu vir a proposito; e concluiu dizendo que está resolvido a defender-se energicamente quando na sua vida parlamentar lhe lancarem alguma censura imerecida; e prompto a responder pelos seus actos, e a dar todas as explicações que lhe pedirem em publico, porque intrigas particulares despreza-as inteiramente.

Fica por aqui, esperando que o sr. ministro do reino compareça; e se de todo lhe for impossivel, por estar engajado em discussão importante na outra casa do parlamento, esperará que s. ex.<sup>a</sup>, na primeira sessão que haja, seja bastante benevolente para se apresentar no seu logar, a fim de responder ás perguntas que lhe houver de dirigir.

O sr. Larcher—creio que entre os objectos, dados para ordem do dia de hoje, se comprehende a eleição de uma nova commissão que ha de examinar o dor e sen parecer sobre a proposta apresentada na ultima sessão pelo digno par o sr. marquez de Loulé; como porém ha outros objectos de que tratar, e são assumptos que já ficaram da sessão anterior, attendendo a que a eleição de uma commissão levaria agora muito tempo, venho propor á camara que a commissão a que alludo, seja nomeada pela mesa, e pego a v. ex.<sup>a</sup> queira consultar a camara sobre isto.

Leu-se na mesa a seguinte proposta:

«Propoño que a commissão, que ha de examinar a proposta apresentada pelo digno par marquez de Loulé, seja nomeada pela mesa.»—*Joaquim Larcher*.

O sr. Marquez de Loulé—disse que concordava plenamente com a proposta, pois tinha inteira confiança em todos os dignos pares, e por consequencia a tinha do mesmo modo na escolha que a mesa houvesse de fazer.

Posta a votos, foi approvada.

Em consequencia disse

O sr. Presidente—á mesa nomeia para comporem a commissão os seguintes dignos pares:

Os srs. Marquez de Loulé  
Visconde de Al-gés  
Barão de Porto de Moz  
Visconde da Granja  
José Maria Eugenio de Almeida.

O sr. Visconde de Atho-guia—ainda bem que vamos ter uma commissão que ha de por certo indicar o meio de termos melhor ordem nos nossos trabalhos!

Ninguém ouve com mais prazer e attenção do que eu ouço ao meu nobre amigo e collega, o digno par o sr. marquez de Vallada; mas permitta-me s. ex.<sup>a</sup> que eu lhe diga, pela pratica que tenho dos parlamentos modernos, que muitas cousas que s. ex.<sup>a</sup> traz para aqui são irregulares, sobre tudo na forma com que ás vezes as apresenta, e pela falta de oportunidade; o que faz com que, em muitas occasiões, percamos tempo sem tirar mais utilidade do que ouvir a sua eloquente voz, e uma continua prova do seu grande talento e instrução.

Agora mesmo, entre outras cousas de que s. ex.<sup>a</sup> fallou sem que pedesse n'este momento tirar resultado algum, tocou n'um artigo do *Times*, e veio logo dizendo que Lisboa estava aterrada porque haveria de certo grande baixa nos fundos publicos. Pois saiba o digno par que esse artigo é devido a um homem apaixonado que pedia a Portugal o que Portugal não deve.

Mas, sr. presidente, ainda bem que se nomeou a commissão, porque o proprio sr. marquez de Vallada ha de vir a reconhecer que muito maior vantagem se tira fallando com regularidade. Se o digno par calcular melhor as occasiões e a forma de fazer as interpellações, o certas perguntas ou reflexões que quasi todos os dias tem a fazer, ha de tirar muito maior e melhor resultado, e a camara e o paiz tirarão sempre também mais utilidade, em quanto que até agora está succedendo que muitas

vezes nenhuma se tira, e até n'algumas vezes se prejudica e transtorna o trabalho regular da camara. Não ha duvida de que o digno par prenda e captiva a attenção, mas muitas vezes com as conversas que prope enche-se uma sessão sem se poder entrar na ordem do dia (O sr. Marquez de Vallada:—eu responderei). Eu também tornarei a responder; porque, torno a repetir, que admiro o seu talento, e gosto de o ouvir; mas muitas vezes lamento o transtorno que s. ex.<sup>a</sup> causa á marcha e ordem dos trabalhos. Não é isto dar-lhe conselhos, é expor com franqueza a s. ex.<sup>a</sup> o sentimento que ha a seu respeito na maior parte dos seus collegas (O sr. Marquez de Vallada:—pode ser).

Sr. presidente, eu não me envergonho das minhas opiniões, e tenho a coragem de as expor com franqueza; e por isso venho declarar que na sessão d'esta camara, publicada no *Diario* de hoje, não se encontra, como devia encontrar-se, o meu nome na relação d'aquelles que rejeitaram a proposta do sr. marquez de Niza, relativamente ao projecto sobre os cereaes; pego portanto que se faça a conveniente declaração.

Agora vou entrar no ponto principal para que tinha pedido a palavra.

Sr. presidente, foi levantado um mausoleo offerecido ao conde das Antas no cemiterio dos Prazeres, os amigos d'este bravo militar erigiram á sua memoria um monumento á posteridade e para a posteridade, mostraram assim a sua saudade pelo amigo e a sua gratidão, como portuguezes, áquelle que foi sempre fiel ao throno legitimo da Senhora D. Maria II (apoiados). Até aqui os amigos do fallecido conde das Antas. Este valente e fiel soldado, dias antes da sua morte, recebeu também prova evidente da consideração em que era tido pela soberana, que se dignou elevar-lhe o filho mais velho ao titulo de grandeza, tão illustre pelos serviços relevantes que a sua pae. Agora pergunta-se que prova deu ainda o paiz do seu reconhecimento aos extraordinarios e valiosos serviços d'este valente cidadão soldado? Nenhuma.

O conde das Antas, o coronel do bravo 5.º de caçadores que o disciplinou, foi sempre distincto entre os mais distinctos dos braves e valentes militares, que em muitos combates expuseram a sua vida pela defesa dos direitos legitimos da Rainha e das suas insituições de que agora em muita paz gosamos.

Fora longo enumerar os muitos combates em que entrou, sempre valentemente, sempre efficaç, o bravo coronel Xavier do 5.º de caçadores.

Pego licença para referir-me a dois d'esses combates em que o conde das Antas se levantou da cama tolhido de dores reumaticas, e encostado a uma bengala commandou e dirigiu seus soldados com a coragem e presença de espirito que todos lhe conhecemos no campo (O



os seus collegas, então são agora d'esta casa, e voltarei depois....

Vozes:—falle, falle.

O orador:—disse que o sr. visconde de Athouguia fizera de conselheiro, pedindo que elle orador adoptasse uma certa linha de conducta parlamentar, que s. ex.<sup>a</sup> indicou; que fez de mestre, apontando-lhe para os exemplos dos parlamentos dos outros paizes, sentindo que os não imitasse; fez de traductor, interpretando o sentimento intimo de alguns, ou da maior parte dos dignos pares, com relação ao procedimento politico do orador n'esta camara; e, finalmente, fez de missionario, porque, cheio de unção, reunindo aquellas tres funções, que s. ex.<sup>a</sup> de certo podia accumular com a ultima, apontou-lhe para as conveniências publicas, para a propria dignidade individual, e para o aproveitamento do talento que lhe suppoz, já em relação a si, já ao seu paiz e a camara. E como s. ex.<sup>a</sup> foi não só forte, mas até violento, apesar dos elogios que lhe tecer, porque não é a primeira vez que tem sido tão benevolô, vê-se obrigado a dizer algumas palavras de resposta.

Disse o digno par, que elle orador faria muito melhor, e que talvez aproveitaria mais esse talento, que Deus lhe concedeu, e de que não tem presumção, não tomando parte em certas discussões. (O sr. Visconde d'Athouguia:—Levantando.) Primeiro levanta-se a questão, e depois é que se segue a discussão. Disse mais s. ex.<sup>a</sup>, que o sr. marquez sabia muito bem qual era a pratica seguida em Inglaterra com as discussões, mas que se tinha afastado d'ella, e gastava o tempo que a camara podia empregar em outros objectos mais importantes.

Não lhe parece que tenha infringido o que o regimento determina sobre as interpellações; tem sempre dirigido as suas notas de interpellação por escripto, para a mesa lhes dar o competente destino, e nunca instou para que os srs. ministros venham responder sem estarem habilitados para isso. E ainda agora declarou isto mesmo; mas como era uma pergunta muito simples pediu que fosse avisado o sr. ministro dos negocios do reino; e por consequencia a censura que lhe fez o digno par, e o conselho que lhe deu como mestre, caíram por terra.

Lembrou que o digno par dissera, que elle orador faria melhor (e aqui accumulou as attribuições de mestre, de missionario e traductor com as de conselheiro) em não tomar parte em certas questões. (O sr. Visconde d'Athouguia:—Levantando.) Para se fazer mais agradável ao digno par empregará a sua phrase: que o orador faria melhor em não levantar certas questões; mas, lançando um rapido e retrospectivo olhar sobre a sua vida parlamentar, que não é muito longa, e mettendo a mão na consciencia, como diziam os velhos portuguezes, perguntou-se a si proprio se teria feito tanto mal ao paiz como se poderia suppor das palavras que s. ex.<sup>a</sup> proferiu? Recordou-se de muitas discussões em que tomou parte, a primeira das quaes foi quando tomou assento n'esta camara e prestou juramento, porque havia então uma votação importante, que era contra o ministerio do digno par, e logo votou na opposição. Depois tomou parte em diversas discussões, fazendo constantemente opposição a s. ex.<sup>a</sup> até que caiu, para o que fez o orador bastantes esforços até extraparlamentares (mas não revolucionarios), do que muito se gloria, e tomou parte no negocio das assignaturas contra esse ministerio.

Acreditou que também tem levantado questões sobre negocios importantes, como são a instrução publica, e melhoramento das prisões, e o direito da propriedade, que têm aqui tratado em diferentes occasiões; e não achando nada que seja reprehensivel, vê-se na necessidade de responder ao digno par, que, ainda que s. ex.<sup>a</sup> reprove o seu procedimento n'esta parte, tem o orador por si, não dirá o paiz, porque é uma phrase um pouco elevada, mas parece-lhe que a approvação dos honrados senhores. Pode a s. ex.<sup>a</sup>, que se elle disser alguma coisa que não esteja de accordo com o que o sr. visconde expoz, o queira corrigir, já ou logo, quando usar da palavra.

O sr. Visconde de Athouguia:—eu lembro ao digno par que era melhor acabar.

O sr. Presidente:—eu não posso deixar de dizer ao digno par que, por interpellações d'esta natureza, não se pôde ir á ordem do dia na ultima sessão, e em abono da verdade consulto a camara se este incidente deve continuar (apoiados).

O sr. Marquez de Vallada:—protesta contra a proposta do sr. presidente, porque ainda está falando, e ha de acabar o seu discurso. (O sr. Visconde de Fontes Arcada:—pego a palavra.) Se se afastar da ordem, chamei-o s. ex.<sup>a</sup> a ella, que logo se submeterá á sua determinação; mas em quanto não sair d'ella, ha de pedir que lhe seja conservada a palavra, porque está defendendo os direitos da camara, e insistindo em tratar de todos os negocios em que ella tomar parte.

Continuando a defender-se, disse que, lançando também um volver de olhos sobre as interpellações que tem feito, parece-lhe que s. ex.<sup>a</sup> não foi um bom traductor dos sentimentos dos seus collegas, porque muitas são as em que tem tomado parte que mereceram a approvação d'esta camara, assim como da imprensa. Que por isso não ha de ser de certo elle que concorrerá, como homem publico, para que acabe a imprensa, e deixe de haver a tribuna parlamentar, que são dois grandes auxiliares do systema representativo, porque na tribuna e na imprensa se denunciam muitos escandalos: e se não fossem estes auxiliares, a imprensa e a tribuna, de certo que muitos negocios importantes passariam despercebidos. Não quer que se volte ao tempo em que se encarceravam os homens sem processo, e se commettiam outras arbitrariedades semelhantes; e espera que o governo constitucional, como deve ser, continuando a manter os principios conservadores da ordem social, ha de subsistir n'este paiz (apoiados).

Continuando a responder ás observações do digno par, perguntou á camara se a interpellação em que tomou a iniciativa sobre a moeda falsa, não era um negocio importante? (O sr. Visconde de Fontes Arcada:—apoiado.) O negocio do hospital de S. José em que tomou também parte, não é igualmente um negocio importante? Cre que sim, porque teve a seu lado os seus collegas d'esta camara, e a imprensa. O digno par não queria referir-se a estas questões, mas pareceu-lhe que se referia a ellas quando se dirigiu a elle e disse, que seria melhor adoptar uma outra linha de conducta, em relação ás questões que levantava aqui; com quanto deva observar a s. ex.<sup>a</sup>, que algumas d'estas questões não as levantou elle, e só tomou parte n'ellas, do que se não arrepende. Em quanto a ter levantado as outras, também está convencido de que cumpriu o seu dever, até que s. ex.<sup>a</sup> prove que fez mal ao paiz com essas discussões.

Seja-lhe licito dizer que o digno par pareceu de alguma forma querer reprovar esta linha de conducta parlamentar que o orador tem seguido n'esta camara; mas saiba s. ex.<sup>a</sup> uma coisa e é que no tempo daquellas lutas de ambas as camaras com o sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, que tomava sempre parte em todas as discussões para defender, não só os seus actos, mas os de todos os seus collegas e do seu partido, quando acoteciava algumas vezes que o sr. visconde de Athouguia, que tem muitas outras qualidades excellentes, como a de um soldado valente, e outra mais que o orador copar-

tilha com s. ex.<sup>a</sup>, que é a franqueza, muitas vezes os amigos do ministerio de que o digno par fazia parte, quando o sr. visconde de Athouguia tomava parte em qualquer discussão importante não gostavam d'isso.

O sr. Presidente:—eu chamo o digno par á ordem, porque está inteiramente fóra d'ella.

O orador:—mas como eu fui agredido pelo digno par tenho o direito de me defender.

O sr. Presidente:—tenho por v. ex.<sup>a</sup> toda a deferencia, mas não posso deixar de cumprir com o meu dever (apoiados).

O sr. Marquez de Vallada:—o digno par referiu-se a mim, e eu estou referindo também o que diziam alguns dos seus amigos politicos e parece-me que não são da ordem nas palavras que estou proferindo; mas desde que v. ex.<sup>a</sup> me chama á ordem, não prosigo, e limito-me unicamente a dizer, que muitas vezes os amigos do sr. visconde de Athouguia admiraram a coragem, ou antes a franqueza, com que s. ex.<sup>a</sup> tomava parte em certas discussões para defender não só os seus actos, mas também os actos dos seus collegas, e havia muitas pessoas que desejavam mais que o digno par não tomasse parte em taes questões. Observa que disse isto apenas para responder á proposição que s. ex.<sup>a</sup> apresentou de que algumas pessoas, e parece-lhe que eram collegas d'elle orador.... (O sr. Visconde de Athouguia:—Eram.) Ainda bem, eram dignos pares os que tinham esses sentimentos a que o sr. visconde se referiu, de que seria mais conveniente que não levantassem taes discussões, e seguissem outro caminho que s. ex.<sup>a</sup> indicou....

Parce-lhe ter dado a competente explicação com referencia ao que s. ex.<sup>a</sup> disse, e nada mais acrescentará, agora, salvo se as palavras que vae proferir o digno par visconde de Athouguia obrigarem a esclarecer algum facto a que s. ex.<sup>a</sup> faça referencia.

O sr. Visconde de Athouguia:—eu nunca pretendi censurar o digno par, nem o podia fazer. Só tratei de pedir a s. ex.<sup>a</sup> (e li-lo em presença dos factos), que essas boas doutrinas que o digno par muitas vezes aqui levanta as organice em forma de proposta para assim se poder tirar algum resultado; por quanto, mesmo em relação ao que hoje s. ex.<sup>a</sup> aqui tem dito, se organisasse as suas idéas e o seu desejo em forma de uma interpellação, conseguia melhor resultado, resultado que não tira só e unicamente por apresentar aqui a sua opinião. Devo com tudo dizer a s. ex.<sup>a</sup>, que longe de mim o censurá-lo, antes pelo contrario, gosto muito de ouvi-lo, porque reconheço o seu muito talento, e todos o reconhecem, confessando ao mesmo tempo que s. ex.<sup>a</sup> podia tirar d'elle mais proveito se fallsse nos assumptos em occasião opportuna. Exemplo:—o digno par fallou no negocio da moeda falsa, mas como o sr. ministro não estava presente, o resultado é o não poder s. ex.<sup>a</sup> conseguir nada, porque o sr. ministro não ouviu as suas observações, nem s. ex.<sup>a</sup> teve d'elle as informações, que de certo daria, se porventura aqui estivesse. Simultaneamente aconteceu o mesmo outras vezes; por quanto s. ex.<sup>a</sup> costuma tomar a palavra no principio da sessão, toca em varios assumptos, e não tira d'alí nenhum resultado. Como porém os trabalhos da camara parecem pelo modo irregular que s. ex.<sup>a</sup> segue, eu espero que a camara que foi nomeada para apresentar a sua opinião sobre o methodo que deve seguir-se a fim de obviar a continuação d'este mal, apresentará um meio que obste a taes irregularidades. (O sr. Marquez de Vallada:—é para tapar a boca?) Não, senhor, não é para tapar a boca: no parlamento inglez não se tapa a boca a ninguém, mas ali estão estabelecidas as regras dentro das quaes se pôde fallar. Faça pois s. ex.<sup>a</sup> as suas interpellações quando os srs. ministros forem convidados a vir responder a ellas, ou quando s. ex.<sup>a</sup> se achar presente n'esta casa, porque então ha de s. ex.<sup>a</sup> conseguir resultado do que disser; mas seguindo a marcha contraria não o conseguirá (apoiados).

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—disse que pedira a palavra para uma explicação que julgava ser precisa, a fim de se não continuar n'um engano. Como s. ex.<sup>a</sup> sabe, a camara que se nomeou hoje é para examinar a proposta do digno par marquez de Loulé, sobre a presidencia, e não para propor cousa alguma em relação ao methodo que se ha de observar nas discussões, como pensa o digno par visconde de Athouguia, e para esse não sabe que haja nenhuma camara nomeada. Que as discussões das camaras devam ser dirigidas com a maior prudencia, não ha duvida alguma; mas não lhe parece contudo, porque algumas vezes algum digno par diga alguma cousa com mais calor, ou tome mais algum tempo á camara, que se esteja a stigmatizar o modo como se tratam e instauram as questões: não lhe parece, repete, que seja proprio d'esta camara, embaraçar que os dignos pares tratem as questões como lhes parecer. S. ex.<sup>a</sup> tem sempre sido respeitado por todos os dignos pares, e ha de continuar a sê-lo; quando pois algum membro da camara estiver fóra da ordem, s. ex.<sup>a</sup> fará o que costuma fazer, dirigir-lhe as convenientes observações, e ellas serão acatadas como sempre o têm sido, e devem ser. Para que é pois que se está aqui a almotogar as palavras que cada um diz? (riso).

Conclue pedindo á mesa que queira informar se ha alguma proposta no sentido em que fallou o digno par visconde de Athouguia.

O sr. Visconde da Granja:—eu peço a v. ex.<sup>a</sup> que queira consultar a camara sobre se, dando por acabado este incidente, se deve passar á ordem do dia (apoiados).

Assim se resolveu.

O sr. Visconde de Algués:—não era hoje que tinha formado tenção de apresentar uma moção de ordem com relação ao regimento d'esta casa, posto que já por varias vezes se tem reconhecido haver n'elle algumas lacunas que é preciso remediar, como a camara por vezes tem reconhecido, nas recommendações feitas a essa commissão para a breve apresentação dos seus trabalhos; e ainda na ultima sessão teve o orador de dar á camara as rasões por que ainda não estão ultimadas. É preciso porém reconhecer que algumas lacunas ha no nosso regimento que convem remediar-se quanto antes; uma d'ellas, por exemplo, é a que respeita ás interpellações. O artigo 59.º do regimento permite que haja duas sortes de interpellações, ou avisando-se os srs. ministros para virem assistir a ellas, ou fazendo-se logo em certos casos, quando os srs. ministros estão presentes. Mas para que o presidente se não veja em embaraços, como já elle orador se tem achado tendo a honra de estar na presidencia, é que vae apresentar á camara uma proposta a este respeito.

Tambem o regimento é omisso quanto ao modo de pedir a palavra sobre a ordem, e os respectivos artigos do regimento não são bastante claros; e por isso é conveniente regular esta especie: rasões estas que o aconselham a pedir licença para apresentar o seguinte (leu). Se a camara entender que esta proposta vá a uma commissão, ou á do regimento, ou a qualquer outra, desejaria que lhe fosse remetida a fim de haver uma regra para estes dois casos. Observou que talvez a camara notasse que tinha sido porventura generoso de mais no numero de vezes que propõe se dê a palavra; mas sem duvida reconhecerá ella que não podia deixar de o ser, visto que algumas vezes tem a honra de dirigir os trabalhos (apoiados).

O sr. Visconde de Balsemão:—eu desejava saber se o meu requerimento já teve segunda leitura.

O sr. Conde de Mello:—v. ex.<sup>a</sup> declarou urgen-

te o seu requerimento, e approvada esta, teve segunda leitura e votou-se.

O sr. Visconde de Balsemão:—muito bem.

O sr. Presidente:—vou consultar a camara sobre a admissão da proposta do digno par o sr. visconde de Algués para ser remetida a uma nova commissão.

A camara assim o resolveu; e votou seguidamente que a commissão fosse a do regimento.

O sr. Marquez de Niza:—se visse presente o sr. ministro do reino limitaria-me a pedir a s. ex.<sup>a</sup> algumas explicações sem dar a isto forma de interpellação; mas visto que s. ex.<sup>a</sup> não está presente, man-do para a mesa a seguinte nota de interpellação: «Requeiro que seja avisado o sr. ministro do reino de que de desejo interpellar s. ex.<sup>a</sup>, sobre o estado do lazareto e mais medidas sanitarias e isto com a maior urgencia pelo caso assim o exigir.

«Sala das sessões em 2 de abril.—Marquez de Niza.»

Para se fazer a devida comunicação.

Fez-se na mesa a segunda leitura do seguinte parecer (n.º 5) da commissão de guerra:

Foi presente á commissão de guerra o requerimento do Jaime Florindo Pereira, primeiro tenente do 1.º regimento de artilheria, em commissão no commando da 2.ª secção do material da mesma arma na ilha da Madeira, o qual, allegando os relevantes serviços que prestou á causa da liberdade, do que junta alguns documentos, e citando o exemplo do que se tem praticado com outros officiaes da mesma arma, pede que se lhe mande contra a antiguidade de 1.º tenente desde 26 de novembro de 1840, e capitão graduado com a antiguidade d'este posto desde 29 de abril de 1851.

A commissão, sem entrar no exame dos documentos nem emitir a sua opinião sobre a justiça da pretensão do supplicante, entende que a sua decisão não compete a esta camara, e por isso é de parecer que o requerimento seja remetido ao governo para decidir como julgar conveniente.

Sala da commissão, em 30 de março de 1860.

—Conde de Bonfim—Barão de Pernes—Visconde da Luz—D. Antonio José de Mello e Saldanha.

Foi approved sem discussão.

#### ORDEN DO DIA

##### DISCUSSÃO DO SEGUNTE PARECER (N.º 4)

Á commissão de guerra foi presente a proposta do digno par, visconde da Luz, renovando a iniciativa do projecto de lei n.º 103 que havia apresentado na legislatura passada.

A commissão examinou novamente o dito projecto o qual tem por fim melhorar a situação dos officiaes do exercito e da armada, que por sua adhesão aos principios liberais e á dynastia da augusta rainha a senhora dona Maria II, de saudosa memoria, foram deportados, presos, degradados ou obrigados a homiar-se; d'este novo exame resultou confirmar-se a commissão na opinião que anteriormente havia emitido no seu parecer n.º 94, e que mereceu ser plenamente approved por esta camara, em sessão de 29 de março de 1859. Não havendo pois motivo nem circumstancia alguma que obrigue a commissão a reconsiderar ou mudar de opinião, muito mais achando-se esta já sancionada pela approvação d'esta camara, e convencida de que o dito projecto é fundado não só em rasões de mera equidade mas também de manifesta justiça, é de parecer que o mesmo projecto merece e deve ser approved.

Sala da commissão, em 21 de março de 1860.

—Conde de Bonfim—Conde de Santa Maria—Barão de Pernes—D. Antonio José de Mello e Saldanha—Visconde da Granja—D. Carlos Mascarenhas.

PROJECTO DE LEI N.º 103, A QUE SE REFERE O PARECER ACIMA

Artigo 1.º As disposições da carta de lei de 17 de julho de 1855, são applicaveis aos officiaes do exercito e da armada, que por terem sido fieis á carta constitucional da monarchia, e aos legitimos direitos da rainha a senhora dona Maria II, de saudosa memoria, ao throno de Portugal, estiveram homiadados, degradados, presos ou deportados, desde o 1.º de março de 1828, até 31 de maio de 1834.

Art. 2.º Sómente da data em que cada um dos mesmos officiaes se acharam em qualquer das circumstancias de que trata o artigo antecedente, é que deve ser considerado com direito ás promoções que posteriormente se tiverem feito no exercito e na armada.

§ unico. Não se comprehendem n'estas promoções os postos que em qualquer epocha hajam sido conferidos a officiaes por feitos distinctos no campo da batalha.

Art. 3.º Os officiaes do effectivo do exercito ou da armada, a quem aproveitar o estabelecido no artigo 1.º d'esta lei, serão indemnizados de todos os postos em que estiverem prejudicados, quando forem reformados.

Art. 4.º Os officiaes reformados que o houverem sido desde 24 de julho de 1833 em diante, regularão os seus direitos, a fim de poderem melhorar a reforma, unicamente em relação ás promoções feitas até á data das suas classificações para a reforma; não podendo portanto considerarem-se com direito áquellas que houverem tido lugar depois d'esta data.

Art. 5.º As viúvas e orphãos d'aquelles officiaes a quem as disposições da presente lei seriam applicaveis, se ainda existissem, e ás quaes tiver ficado monte pio, recebe-lo-hão em proporção ao soldo da patente a que seus maridos ou paes teriam direito, em virtude d'esta lei, pela forma seguinte:

§ 1.º As viúvas ou orphãos de officiaes fallecidos na classe de reformados, como se a indemnização lhes tivesse sido dada na occasião da reforma.

§ 2.º As viúvas ou orphãos de officiaes fallecidos na classe effectiva, como se a indemnização lhes tivesse sido dada na data do obito.

Art. 6.º As mulheres ou filhos dos officiaes com direito ao beneficio da presente lei, e que tiverem monte pio, quando estes morram antes de reformados, o receberão como se os seus maridos ou paes fossem indemnizados na data do fallecimento.

Art. 7.º As disposições contidas nos artigos 5.º e 6.º d'esta lei, são extensivas ás viúvas ou orphãos dos officiaes do exercito e da armada, de que trata a carta de lei de 17 de julho de 1855.

Art. 8.º É igualmente extensivo aos officiaes passados ou promovidos para veteranos ou praças sem accesso, tudo quanto na presente lei se refere a officiaes reformados e a suas viúvas ou orphãos.

Art. 9.º O governo nomeará uma commissão para liquidar o direito dos officiaes e das viúvas ou orphãos que requererem a applicação d'esta lei.

Art. 10.º Todo o augmento de vencimento proveniente do melhoramento ou de monte pio não terá effecto retroactivo.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da camara dos dignos pares do reino, em 7 de fevereiro de 1859.—Visconde da Luz.

O sr. Visconde da Luz:—esta camara não poderá deixar de se admirar de que eu peça a palavra sobre um objecto que foi proposto por mim, e que a camara acolheu bem, tendo-o já aqui votado quasi por unanimidade: entretanto o tempo que tem decorrido e a experiencia fizeram-me conhecer que havia necessidade de algumas modificações n'este projecto. Ora, se o desejo de qualquer que apresenta um projecto é vê-lo convertido em lei, esta camara que já abraçou este negocio, não pôde dei-

xar de ir conforme com os mesmos desejos, permitindo-me que eu diga quaes as difficuldades que este negocio encontrou da outra vez na camara dos srs. deputados. Uma das difficuldades foi a de haverem outras classes de individuos que deviam ser contemplados n'esta lei, taes como os officiaes inferiores, que tendo os cursos das armas especiaes, e por consequencia um direito inquestionavel ao posto de official, deixaram de ser contemplados, por isso que estavam homiadados ou presos em virtude da perseguição do governo do principe proscripto. (O sr. Visconde de Balsemão:—apoiado.) É pois para remediar agora essa lacuna que eu vou propor um paragraho ao artigo 1.º

A segunda difficuldade que na outra camara se apresentava era....

O sr. Presidente:—se o digno par permite observar-lhe-hei que me parece que as suas reflexões têm mais logar na especialidade.

O sr. Visconde da Luz:—bem, bem, n'esse caso esperarei que entre em discussão o artigo 1.º

Vozes:—votos, votos.

Generalidade approved.

Artigo 1.º

O sr. Visconde da Luz:—o que eu acabei de dizer é precisamente sobre este artigo, para que n'um paragraho que se lhe addicione sejam incluidos estes individuos, que o não estavam; e que aliás têm todo o direito a serem incluidos, em vista das circumstancias que já expuz, e que melhor se conhecem pela leitura que vou fazer do seguinte additamento que mando para a mesa.

Paragraho unico ao artigo 1.º

«§ unico. Do mesmo beneficio gozarão os officiaes inferiores das armas especiaes, que tendo concluido os estudos proprios da sua respectiva arma, que lhe conferiam direito a ser promovidos a officiaes, não obtiveram a sua promoção durante o governo do usurpador, pelo motivo de terem estado presos ou homiadados.

«Sala da camara dos dignos pares do reino, 2 de abril de 1860.—Visconde da Luz.»

Sendo admittido, declarou-se em discussão juntamente com o artigo.

O sr. Presidente:—ninguem mais pede a palavra sobre o artigo 1.º, vae proceder-se á votação d'elle, e seguidamente á votação do additamento.

Foi approved o artigo 1.º e mais o additamento ou § unico.

Art. 2.º Approved sem discussão.

Art. 3.º Idem.

Art. 4.º Idem.

Art. 5.º Idem.

Art. 6.º Idem.

Art. 7.º Idem.

Art. 8.º Idem.

Art. 9.º Idem.

Art. 10.º Idem.

Leu-se na mesa o artigo 11.º

O sr. Visconde da Luz:—eu proponho a introdução de um novo artigo para o logar do 11.º, passando este para 12.º (leu).

Proponho que se addicione ao projecto de lei e em seguida ao artigo 10.º o seguinte artigo:

Art. 11.º O augmento de despeza que resultar da execução da presente lei, terá cabimento no orgamento do estado, por metade das vagaturas que successivamente forem occorrendo no capitulo 11.º, artigo 60.º

§ unico. A entrada a usufruir as vantagens de que trata este artigo será regulada pelas datas em que tiverem fallecido ou sido reformados os officiaes.

Camara dos dignos pares, 2 de abril de 1860.

—Visconde da Luz.

Leu-se na mesa o novo artigo proposto com o seu §, e foi admittido á discussão.

Não havendo quem pedisse a palavra, posto a votos, foi approved, salva a redacção, e tomou o logar de artigo 11.º

Leu-se, como artigo 12.º, o que estava no projecto com o n.º 11.

Foi também approved sem discussão.

O sr. Presidente:—a seguinte sessão terá logar na terça feira da semana seguinte, que são 10 do corrente, e a ordem do dia apresentação de pareceres de comissões. Está levantada a sessão.

Eram quasi cinco horas.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 2 de abril de 1860

Os srs. visconde de Laborim; duque da Terceira; marquezes de Ficalho, de Loulé, das Minas, de Niza, e de Vallada; condes das Alcaçovas, de Arrochella, do Bonfim, de Mello, da Ponte, e do Sobral; viscondes de Algués, de Athouguia, de Balsemão, de Benagazil, de Castellões, de Fontes Arcada, de Fornos de Algodres, da Granja, e da Luz; barão de Porto de Moz, Mello e Saldanha, Margiuchi, Aguiar, Larcher, Eugenio de Almeida, e Brito do Rio.

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

##### SESSÃO DE 10 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 79 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approved.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Fonseca Coutinho, de que o sr. Silveira Menezes não pôde comparecer á sessão de hontem, assim como faltará a mais algumas, por incommodo de saude.—Interrada.

2.º Do sr. Zeferino Rodrigues, de que o sr. Eleuterio Dias não compareceu á sessão de hontem, por motivos justificados, nem poderá comparecer a mais algumas.—Interrada.

3.º Declaro que, se estivesse presente na sessão do dia 2 do corrente, teria votado contra a terceira modificação do contrato dos caminhos de ferro de leste e norte.—J. R. da Cunha Aragão Mascarenhas.

Manda-se lançar na acta.

4.º Declaro que, se estivesse presente por occasião de se votar o contrato para a construção dos caminhos de ferro de norte e leste, approvava o referido contrato.—Souza Feio.

Manda-se lançar na acta.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Luiz Albano, da consulta do conselho da faculdade de mathematica, pedindo a criação de uma nova cadeira de geometria descriptiva.—Para a secretaria.

2.º Do mesmo ministerio, acompanhando as copias, pedidas pelo sr. Gaspar Teixeira, do officio do governador civil de Braga, n.º 61, de 21 de maio de 1853, e acta n.º 13 da sessão de 13, da junta geral do mencionado districto, ácerca das aguas thermas das Taipas e Vizella.—Para a secretaria.

3.º Do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da camara municipal da Povoa de Varzim, em que pede se lhe conceda a sexta parte do imposto do pescado, que ali se arrecada, para lhe dar a applicação que indica.—Para a secretaria.

4.º Do director da Revista de Instrução Publica, em Madrid, acompanhando um exemplar da quarta epocha do mencionado periodico, que offerece para

a bibliotheca da camara, e alguns exemplares soltos para serem distribuidos pelos srs. deputados.

Foi recebido com agrado, e mandado o exemplar para a bibliotheca; e os exemplares soltos para a commissão de instrução publica.

5.º Uma representação da camara municipal do Monchique sobre a directriz da estrada littoral do Algarve.—A commissão de obras publicas.

6.º De 334 cidadãos da cidade e concelho de Castello Branco, contra as propostas de fazenda apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

7.º Dos habitantes do concelho de Amarante, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma commissão.

8.º Dos professores de instrução primaria dos concelhos de Amarante, Baião e Felgueiras, pedindo augmento de vencimentos.—A commissão de instrução publica.

9.º Dos proprietarios de fabricas de papel do concelho da Feira, pedindo redução das taxas fixadas na proposta de lei da contribuição industrial.—A commissão de fazenda.

10.º Da camara municipal de Mont'Alegre, fazendo algumas considerações sobre a directriz da estrada de Braga a Chaves.—A commissão de obras publicas.

11.º Da camara municipal da Chamusca, pedindo providencias legislativas para melhorar a policia das margens do Tejo, e a salubridade d'aquella villa.—A mesma commissão.



2.º Renova a iniciativa do meu projecto de lei, apresentado na sessão de 30 de novembro de 1859, e publicado no *Diário da Câmara* do 1.º de dezembro d'esse mesmo anno, para a abolição dos passaportes no transitio interior do paiz. — *D. Rodrigo José de Menezes*, deputado por Villa Nova de Famalicão.

3.º Considerando que a estrada de Braga a Chaves foi decretada pela lei de 22 de julho de 1850 pela Villa de Ruivães e Alturas;

Considerando que, em quanto aquella lhe subsistir, não pôde ser alterada esta directriz;

Considerando que a directriz legislada é a mais curta ou a menos obliqua possível entre os dois pontos de Braga e Chaves, e já por tal motivo foi preferida a outras pelos romanos;

Considerando que é também a mais economica ou a menos dispendiosa, pois alem de seguir na maior parte pelo leito da estrada actual, poupando assim grandes movimentos de terra, poucas ou nenhuma expropriações demandam;

Considerando que é igualmente a mais commercial, porque não só communica mais rapidamente aquelles dois grandes focos de população e industria, mas também liga entre si e com estes os fertilissimos concelhos da Povoia de Lanhoso e Vieira, cortando-os pelo centro, assim como os de Mont'Algre e Boticas;

Considerando que é finalmente a mais militar e strategica, por ser a que communica mais directamente com a praça de Chaves, e por onde esta pôde com mais celeridade e presteza ser abastecida de tropas e munições no caso de guerra com a nação vizinha;

Considerando por outro lado, que a directriz recommendada pelo illustre deputado o sr. Julio do Carvalhal e outros obste ao preceito da lei citada;

Considerando que essa directriz não é a de uma estrada directa entre Braga e Chaves, mas sim de uma estrada para Mont'Algre;

Considerando que essa directriz é muito mais extensa que a da lei, como se conhece ao primeiro volver de olhos para uma carta geographica do paiz;

Considerando que é muito mais dispendiosa do que esta para ser aberta inteiramente de novo e demandar custosissimas expropriações, especialmente no valle de Gerás, alem de uma ponte sobre o caudaloso rio Cavado;

Considerando que as vantagens com que se abona, de dar communicação para o valle de Gerás e Caldas do Gerez, se obtêm quasi do mesmo modo por aquella directriz, pois se a directriz indicada pelo sr. Julio do Carvalhal passa pelo valle de Gerás, a da lei passa pela orla d'esse valle e ambas passam quasi á mesma distancia das Caldas do Gerez com differença apenas de um kilometro;

Considerando que a vantagem de atravessar a villa de Mont'Algre fica sobejamente compensada com a vantagem que tem a directriz decretada de atravessar pelo centro os concelhos da Povoia de Lanhoso e Vieira, e de uma mais prompta communicação entre Braga e Chaves;

Considerando que a estrada de Braga a Chaves pela directriz do sr. Julio do Carvalhal não dispensa uma estrada transversal para as Caldas do Gerez, por passar a mais de sete kilometros de distancia d'este estabelecimento, desaparecendo por isso a economia de ali resultante, com que tanto se alardeia;

Considerando que áahi conveniencia da passagem da estrada pela villa de Mont'Algre, que aliás pôde ligar-se com ella por um ramal, não devem sacrificar-se tantas ponderações momentaneas e tão valiosos interesses;

Por todas estas razões, requiro que o governo faça sem demora proceder aos estudos para dita estrada de Braga a Chaves, segundo a directriz marcada na referida lei de 22 de julho de 1850. — O deputado por Cabecellas de Basto, *Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu*.

A comissão de obras publicas.

Têm também segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Rodrigues Sampaio, restabelecendo o concelho da Moita.

A comissão de estatistica.

2.º Do sr. presidente de ministros, autorizando o governo a pagar ao ministro de sua magestade britânica nesta corte, a somma correspondente a 2.700 libras esterlinas, em que importa a reclamação feita pelo seu governo, a favor dos proprietarios do cuter inglez *Herold*, apprehendido pelas autoridades portuguezas em Lourenço Marques.

A comissão de fazenda.

3.º Do mesmo sr. presidente de ministros, para que a contadoria do ministerio dos negocios estrangeiros se denomine repartição de contabilidade do mesmo ministerio, sendo uma repartição da mesma secretaria.

A comissão de fazenda, ouvida a diplomatica.

4.º Do sr. ministro da fazenda, confirmando, na parte que depende de sancção legislativa, a aposentação concedida ao barão de S. Lourenço no emprego de director da alfandega do Porto.

A comissão de fazenda.

5.º Do mesmo sr. ministro, autorizando o governo a arrendar, em hasta publica, e por prazo que não exceda a trinta annos, a fabrica de vidros da Marinha Grande, sem isenções ou privilegios de qualquer especie.

A comissão de fazenda.

O sr. *Palmeirim*:—envia para a mesa um projecto de lei, assignado igualmente pelo sr. Julio do Carvalhal, interpretando alguns artigos do codigo administrativo.

O sr. *Camara Leme*:—pode ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. *Sá Vargas*:—manda para a mesa uma representação que a camara municipal de Bragança lhe remettera ha já dias.

Nesta representação pede aquella camara que seja approved e convertido em lei o projecto aqui apresentado, na sessão de 27 de fevereiro, pelo sr. deputado e seu amigo Julio do Carvalhal, e por elle também assignado, tendente a ser declarada estrada real de segunda classe a que deve abrir-se entre o Porto das Cabanas na Foz do Sabor, e Quintella do Lampacas, aonde vem entrar-se com a estrada geral de Bragança a Villa Real e ao Porto.

A camara municipal de Bragança, perfeitamente conhecedora dos interesses do seu municipio, apressou-se a pedir a approvação d'esse projecto, e por essa occasião fez diversas ponderações tendentes a mostrar o grande proveito que d'aquella obra ha de vir para todo o districto de Bragança, e mesmo para uma parte do districto de Villa Real.

O rio Douro é a unica arteria para a exportação dos productos variados que aquelles districtos podem offerer ao mercado do Porto, e bem assim para a importação dos generos necessarios para o consumo, taes como o ferro, aço, sal, assucar, etc., e a estrada das Cabanas é destinada para abrir a communicação facil de todo o districto de Bragança, e parte do de Villa Real com o Douro na Foz do Sabor.

Conclue dizendo, que se abstem por agora de entrar em maior desenvolvimento a este respeito, limitando-se a pedir á mesa que dê á representação da camara municipal de Bragança o destino competente; estando seguro de que a illustre comissão de obras publicas ha de dar a este negocio a

maior attenção, e habilitar a camara a resolvê-lo com brevidade.

O sr. *Julio do Carvalhal*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Miranda do Douro, e outra da do Mogadouro, pedindo ambas que seja approved o projecto de lei que elle e varios srs. deputados apresentaram, para que a estrada de Bragança ao caes das Cabanas seja declarada estrada real, o que é da maior utilidade, como acaba de demonstrar o sr. Sá Vargas.

O sr. *Frazão*:—agradece ao sr. ministro da guerra o te-lo promptamente esclarecido sobre os motivos que tinham determinado, que os empregados do arsenal do exercito perdessem meio dia nos dias em que recebiam a ferial; e agradece ainda a s. ex.ª, em seu nome e no dos empregados do mesmo arsenal, ter providenciado para acabar esta pratica.

O sr. *Conde da Torre*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Peniche, pedindo alterações na epocha da cobrança dos impostos.

O sr. *Bicudo Correia*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da villa da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, em que pede a continuação da existencia da relação dos Açores, para ser remetida á comissão de legislação, que tomará na consideração que merecem as razões economicas e de justiça em que ella se baseia.

Remette mais para a mesa uma representação da junta de parochia da igreja do Senhor Bom Jesus do logar de Rabo de Peixe, pertencente ao concelho da villa da Ribeira Grande, em que pede a nomeação de mais um cura d'almas, por isso que um só que tem não pôde satisfazer ás obrigações espirituas e religiosas d'aquelles povos.

Cumpra-lhe observar por esta occasião que, quando nos Açores se proceder á reforma ecclesiastica, havia na igreja do Senhor Bom Jesus de Rabo de Peixe um vigário, um cura d'almas e um thesoureiro presbytero, e um cura d'almas em cada uma das presbiterias dos logares do Pico da Pedra e Calhetas, sendo estas igrejas então sufraganeas á do Senhor Bom Jesus, e com obrigação de mutuamente se auxiliarem. A reforma porém separou estas igrejas e diminuiu o seu pessoal, ficando reduzido a um cura d'estas igrejas.

Na epocha em que teve logar aquella reforma, a população d'aquelles tres logares, do Pico da Pedra, Calhetas e Rabo de Peixe, montava a 4:200 a 4:300 habitantes, e hoje só o logar de Rabo de Peixe tem de população 3:400 a 3:500 habitantes, sendo pois evidente a necessidade de augmentar o pessoal da sua igreja com mais um cura d'almas pelo menos.

Nos Açores ainda existe o odioso tributo dos dizimos, contra o qual têm constantemente reclamado aquelles povos, e ultimamente a junta geral do districto de Ponta Delgada; e cre que todas as que a tem antecedente, e o respectivo governador civil, se dirigem, no cumprimento das suas obrigações, ao governo, mostrando a necessidade da extincção d'aquello tributo, e pedindo a sua substituição por outro mais racional e economico. E por esta occasião não pôde deixar de louvar o sr. ministro da fazenda pela iniciativa que tomou n'esta camara de um projecto de lei que extingue aquelle tributo; e com quanto não tenha ainda podido formar um juizo sobre a substituição que s. ex.ª apresenta aquelle tributo, é certo que s. ex.ª trazendo ao parlamento aquelle projecto, deu uma prova da sua intelligencia e da sua solicitude pelas cousas publicas, reconhecendo os bons principios economicos; e tomando em consideração as justas e repetidas reclamações d'aquelles povos.

Todos sabem que os dizimos foram creados com o fim de satisfazer ás necessidades do culto e sustentação do clero; mas no logar de Rabo de Peixe, a que pertence a igreja, cuja junta representa agora á camara, o tributo dos dizimos produz a cifra de 5:000\$000 réis, somma pela qual se acham ali arreimados, e este povo que paga este pesado tributo, apenas tem um parcho que não pôde satisfazer a todos os encargos inherentes ao seu ministerio, mas pôde de um momento para outro ficar impossibilitado de poder funcionar por motivo de doença ou por qualquer outro accidente, ficando aquelles povos inteiramente privados dos socorros espirituas.

É pois evidente a justiça da junta supplicante, e a necessidade de ser com brevidade atendida a sua representação, que cre é já a terceira vez que representa n'este sentido.

O sr. *Arrobas*:—envia para a mesa um projecto de lei.

O sr. *Barros e Sá*:—manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Monteiro Castello Branco*:—remette para a mesa uma nota de interpeção ao sr. ministro da justiça.

O sr. *Costa e Silva*:—envia para a mesa uma representação da camara municipal, autoridades e habitantes de Manteigas, pedindo a conservação do seu concelho.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 17

O sr. *Afonseca*:—manda para a mesa a seguinte emenda ao artigo 1.º e ao § 1.º igualmente.

«Artigo. As aguardentes estrangeiras de qualquer gradução que sejam pagão 600 réis por almude.

«§ 1.º A aguardente chamada cognac pagará 200 réis por litro.»

Está persuadido de que a agricultura devidamente tratada e explorada foi sempre e é a grande industria d'este paiz, a mãe de todas as industrias. Nós temos um solo magnifico, excellentes produções, um operario que trabalha a nosso favor desde o primeiro de janeiro até ao ultimo de dezembro que é o sol; operario que não tem na maxima parte do anno os paizes do norte. Parecia-lhe portanto que se promovia a industria do paiz, promovendo a exportação do seu primeiro e mais rico genero que é o vinho; vê porém que estava enganado, e que o vulto mais importante da nossa industria agricola, segundo tem ouvido a alguns srs. deputados, é a aguardente, são as machinas de destillação! Quem tal diria!

Quando se calcula que seis pipas de vinho fazem uma pipa de aguardente de 30 graus, e que esta aguardente, mesmo vendida a 4\$000 réis dá 120\$000 réis, e quando se calcula que essas seis pipas de vinho devidamente preparadas e vendidas no mercado estrangeiro, mesmo a 20 libras por pipa, dão 120 libras; parecia-lhe força de toda a duvida que valia mais preparar o vinho para o vender no estrangeiro, comprando aguardente de fora para o preparar, do que reduzir esse mesmo vinho a aguardente.

Quatro ou seis navios carregados de vinho do Porto a ordens, levam para Inglaterra um valor muitissimo superior a quantas machinas de destillação existem n'este paiz. Ha differença entre vinho exportado a ordens, e vinho exportado para tentar o mercado, e força-lo muitas vezes.

Quando um negociante de Inglaterra manda uma ordem para Lisboa ao seu correspondente para que lhe remetta, por exemplo, 100 pipas de vinho a 40 libras; este correspondente prepara este vinho, exporta-o e saca immediatamente sobre aquelle que o comissionou; de sorte que quando o vinho são d'esto paiz, já o dinheiro fica na algibeira de quem o exportou. Pelo contrario o vinho que se manda, para tentar ou forçar o mercado, fica nas docas de Londres ás vezes por muito tempo primeiro que encontre venda.

Sustenta algem que a aguardente estrangeira não serve para preparar os vinhos portuguezes, o que suppõe um perfeito engano: a aguardente estrangeira serve também para preparar o vinho portuguez como a portuguez; a differença está que a nacional fica muitissimo cara. O seu alto preço corresponde a um enorme direito de exportação que pagam os nossos vinhos á sua saída; direito que torna impossivel a sua concorrência nos mercados estrangeiros com os vinhos francezes e hespanhoes.

Depois do novo tratado entre a Inglaterra e a França, acontece que algumas casas inglesas mandam ordens para a França para lhe remetterem quanto vinho ali se poder comprar, a razão de 17 libras cada pipa; só uma casa em França está encarregada de comprar 5:000 pipas a razão de 17 libras por pipa, e o vinho portuguez sobrecarregado como está com o preço e direito de aguardente, não se pôde vender em Inglaterra por menos de 21 a 22 libras.

N'estas circunstancias parece inacreditavel que o sr. ministro da fazenda se lembresse de apresentar uma proposta para abater no direito da aguardente apenas 1\$000 réis. Faz isto lembrar a peca ingleza *Much to do about nothing*.

Muito mais deplora o mal que s. ex.ª fez, participando á camara com tanta antecedencia que projectava apresentar uma proposta para diminuir o direito nas aguardentes estrangeiras. Desde esse momento até á actualidade paralisou-se completamente o commercio d'este genero de importação; ninguém mais comprou nem vendeu á espera da nova medida da redução de direitos, o que tem causado graves inconvenientes, porque ha grandes encomendas de vinhos para Inglaterra, e não é possível prepara-los por falta de aguardente, e por ignorar-se qual o destino que virá a caber a este artigo. O tratado entre Inglaterra e França é o acontecimento mais notavel dos tempos modernos; ninguém podia prever ha seis mezes que a França reduziria os seus direitos de 200 a 30 por cento. Esta medida vae produzir uma revolução economica em todos os mercados do globo. Este tratado apresentou-se e discutiu-se em dez dias, e nós estamos aqui com um triste projecto de diminuição de 1\$000 réis em almude de aguardente ha perto de um mez, e Deus sabe quando se decidirá um negocio cuja resolução é tão urgente.

A produção das aguardentes na Estremadura talvez não excedesse na colheita passada a 100 pipas, importando-se de Hespanha nos ultimos tres mezes para mais de 1:000 pipas, 800 das quaes foram introduzidas por contrabando. Um facto d'estes devia abrir os olhos aos que governam, aconselhando-lhes uma redução rasgada, e por modo nenhum uma medida tacinha que deixa ainda ao contrabando lucros consideraveis, desfalcando o thesouro em grossas sommas.

O governo não pôde, em vista d'esta incuria, exigir do paiz augmento de contribuições, sem mostrar que tem esgotado todos os meios ao seu alcance para melhorar as fontes de receita publica, e um dos mais fortes meios sem duvida é o da redução nos direitos extravagantes da pauta, convertendo-os em direitos fiscaes em vez de protectores. O rei de Naples, absoluto como é, lá está procedendo á reforma das suas pautas, reduzindo os direitos a 10 e o muito a 15 por cento: vejão-se os considerandos d'esse decreto, que fazem honra á nação mais civilizada do mundo; e nós que nos dizemos um povo livre temos artigos da pauta com 300 e 400 por cento de direitos! A sciencia economica faz progressos entre nós.

Entende que o direito de 2\$000 réis por almude de aguardente é ainda um incentivo muito forte para o contrabando, e um grande estorvo para o nosso commercio de vinhos.

A imposição d'este direito nas aguardentes pela força alcoolica, já se vê que é copiada da Inglaterra. Ora, entende que se deve copiar, mas copiar o que é bom. Isto de querer decidir da bondade do vinho pela força alcoolica, é um absurdo. O precioso vinho de Bordos tem muito pouco alcool, em quanto que o carrascão da Catalunha é fortemente alcoolico. Já se vê que a força alcoolica é um máu criterio para decidir da boa ou má qualidade. Alem disto a praticabilidade d'esta affirmição é altamente incommoda. Chegam ás docas umas poucas de cargas de vinho, talvez 5 ou 6:000 pipas, é necessario tirar uma amostra de cada uma para se destilar e fazer a gradução; processo este que ainda que se tenha melhorado e aperfeiçoado, sempre tira tempo e dá muito trabalho; realmente não parece inglez. Nós que temos grande queda para copiar, achámos que deviamos applicar esta innovação para marcar o direito á aguardente. Em Inglaterra, porém, já gritam contra a escala alcoolica, e cá em breve se fará o mesmo, como de rasão.

O direito deve ser um para todas as aguardentes. Que cada um importe da gradução que lhe convier. Aquelle que a quizer de 30 graus não a manda vir de 18, e vice-versa, o que precisar de 18 não a manda vir de 30. A escala alcoolica não traz senão inconvenientes, e só cria meios de fraude.

Um dos negociantes de Lisboa que prepara mais vinhos para mandar para fora do paiz, exportou nos ultimos dois mezes perto de 700 pipas, tendo de comprar aguardente a 3\$500 réis o almude, isto é, tendo de pagar 9:000\$000 réis para preparar este vinho. Ora isto equivale a um oneroso direito de exportação que fere de morte esta nossa primeira industria, este nosso primeiro genero de exportação. Se caminhar por este modo os nossos vinhos serão em breve expulsos dos seus principaes mercados, que são o Brazil e a Inglaterra. Entende que quando se falla de commercio estrangeiro, em grande parte, se entende o commercio com Inglaterra. E este sem duvida o mais importante; porque a Inglaterra não tem o que nós temos, e nós não temos o que tem a Inglaterra, e é d'aqui que resulta a verdadeira permuta. Deviamos receber os artefactos de que precisamos da Inglaterra, e esta receber o producto do nosso solo, que é a nossa vendadora, e pôde-se dizer, a nossa unica riqueza (*apoiados*). Mas quando se vê que a produção das fabricas inglesas é contemplada n'este paiz com 150 e 200 por cento de direitos, conhece-se evidentemente que, ou se quer estabelecer uma muralha de bronze entre o commercio portuguez e inglez, unico que nos convem, ou então damos o documento mais frisante do atraso em que se acha entre nós a sciencia economica. Parece incrível que no seculo actual, e em uma nação civilizada, haja ainda quem sustente com tanto afino a doutrina dos direitos protectores, e se levantem ainda tão altos clamores, acioando-se de assassinos da industria nacional aquelles que tentam tocar na arca santa do codigo protectionista! Lembra-se, quando falla dos prohibitionistas, da anedocta citada por Bastiat. Os fabricantes de candieiros, castiças e lustres requereram á assembléa nacional, para que decretasse que todas as casas que se construissem não tivessem nem portas, nem fresta alguma, para que todas precisassem de luz, e elles poderiam assim vender os objectos de sua industria. Aqui ha de dar-se a mesma cousa com a mania dos direitos protectores.

Entende que o direito de 600 réis em almude de aguardente estrangeira é muito conveniente. Quando houver abundancia de vinho no paiz, o que infelizmente se não tem dado ha annos, mas quando a houver, porque o mal das vinhas não ha de durar sempre, é uma molestia epidemica que ha de ter um termo, como já tem tido em alguns depar-

tamentos da França que soffreram este mesmo mal por algum tempo, quando houver abundancia de vinho e que a nossa aguardente se possa vender a 1\$000 réis e a 1\$200 réis o almude, não haja receio de que a estrangeira possa competir com a nossa.

Acredita que a sua emenda não terá a honra de ser approvada pela camara, que provavelmente a tomará como exaggerada e attentatoria da industria nacional, e sendo assim, não terá remedio se não votar pelo parecer da comissão, mas vota-o e aceita esta redução exactamente como um credor recebe do seu devedor quatro á conta de quarenta que lhe deve; mas protestando sempre pelo resto, e declarando receber á conta de maior quantia.

Deplora a situação em que se colloca o paiz, não entrando rasgado entre os verdadeiros principios economicos, hoje abraçados por todas as nações do mundo civilizado.

Confia contudo que um tempo virá, e esse não muito distante, em que as idéas protectionistas hão de occupar a estante de algum museu de raridades, como por exemplo o papyrus do Egypto admirando as gerações futuras, que doutrinas tão absurdas dominassem o mundo por tanto tempo.

O sr. *Gomes de Castro*:—a comissão das pautas entendem pelos considerandos que apresentem no seu parecer que estava justificada a proposta do governo, no entretanto como esses considerandos tem sido combatidos, pertence-lhe, como relator da comissão, refutar as razões que se tem apresentado.

O sr. *Afonso Botelho* entende que a aguardente não é materia prima para o fabrico do vinho; e elle, orador, e a comissão, entendem o contrario.

Materia prima, segundo os principios de direito economico, são todos os productos que passando por uma nova forma, e tomando uma nova feição, dão em resultado um outro producto; e não é preciso que esse producto que entra no fabrico de outro, seja a base principal, basta que entre n'esse fabrico; assim, por exemplo, a aguardente que em maior ou menor quantidade, ha de forçosamente entrar no fabrico do vinho, pelo menos em todos os vinhos que são para exportação; porque sempre se entende, como necessaria para conservar o vinho, a existencia da aguardente. É certo que a respeito do vinho do Porto se tem exaggerado um pouco o emprego da aguardente, até mesmo em prejuizo d'aquelle ramo de commercio, mas é certo que para todo o vinho, principalmente o de exportação, se emprega a aguardente, e por consequencia não pôde esta deixar de ser considerada como materia prima para o fabrico do vinho.

Alguns srs. deputados admiraram-se de que os considerandos da comissão fossem todos no sentido de declarar que a proposta do governo era muito vantajosa para a agricultura; a comissão entendeu-o e entende-o ainda assim, porque com esta diminuição de direitos, vamos dar um sensivel corte no contrabando, e não ha concorrência que possa fazer mais damno a qualquer industria do que a proveniente do contrabando (*apoiados*); e todas as medidas que tenderem a evita-lo são de grande interesse para essa industria.

Entende que a redução devia ser ampla, porque, como já hontem se notou, por mais bem pagos e equipados que estejam os empregados fiscaes que estão na fronteira, nunca hão de evitar o contrabando, que sempre se ha de fazer em uma raia vasta como a nossa, que tem cento e oitenta leguas de extensão (*apoiados*).

Reconhece-se tanto a necessidade que ha de evitar o contrabando pela raia, que por mais de uma vez se tem apresentado a idéa da conveniencia, e mesmo urgencia de se fazer uma liga aduaneira com a Hespanha, isto é para o estabelecimento de uma linha de alfandegas na peninsula. Na Hespanha trata-se d'isto, e espera que em Portugal se tratará também muito breve.

Não sacrifico os seus principios de idéas economicas a quaisquer considerações; tem sempre advogado a grande redução de direitos, e procurado ver se a nossa legislação pautal se encaminha para o principio da liberdade do commercio, essa seria a sua vontade; e sente, como o sr. Afonseca, que esta redução seja tão pequena; entretanto entende que algum proveito se deve tirar d'ella. Está convencido de que a produção da aguardente entre nós não ficava prejudicada com a emenda do sr. deputado, e era o meio de dar um verdadeiro corte no contrabando, porque quanto mais limitado for o direito de importação que se estabelecer, tanto mais o contrabando ha de diminuir, mas, para o que existia, a proposta do governo é já um grande melhoramento.

Foram outras as considerações que o levaram a aceitar a proposta do governo. Em primeiro logar já desconfiava, que, apresentada esta proposta na camara, soffreria grande opposição da parte dos srs. deputados que são igualmente lavradores, e entendem que era sacrificar completamente essa proposta pretender ir mais longe. Em segundo logar porque entendeu que em materia de pautas, é sempre muito arriscado, pelo menos não é conveniente, que as commissões queiram assumir a responsabilidade que só compete aos ministros. Se o sr. ministro da fazenda entendeu que uma redução maior podia desequilibrar os seus calculos financeiros, não seria curial da parte da comissão das pautas tomar sobre si a responsabilidade de propor essa maior redução. Considerará o projecto debaixo de dois pontos de vista; em relação á epocha actual, em que ha uma grande escassez de vinho, e em relação á epocha em que haja uma colheita regular. Em quanto á actualidade, a medida não só é necessaria, mas urgentissima, e, como disse o sr. Afonseca, todo o excesso que possa haver em prolongar esta discussão é uma falta gravissima, embarçando-se, por assim dizer, a maior expansão que hoje deve ter o nosso commercio de vinhos.

Tem um verdadeiro sentimento de que o facto importantissimo do tratado de commercio feito entre a França e a Inglaterra não tenha produzido no parlamento o maior entusiasmo. Todos sabem que os muito grandes direitos que pagavam os nossos vinhos em Inglaterra, foram reduzidos aproximadamente 50 por cento, e portanto ninguém poderá contestar, que depois d'esta redução, estamos exactamente no caso de fazer exportações muito consideraveis d'este artigo. Já ouviu dizer que o sr. ministro da fazenda tinha apresentado esta proposta como uma pressão do commercio! Realmente é não ver os grandes factos que se apresentam na Europa, que se deram em Inglaterra e que produzem naturalmente esta medida, para ver n'ella uma pressão do commercio.

Depois da Inglaterra ter reduzido os direitos dos vinhos, não havemos de habilitar os nossos lavradores de vinhos a poderem fazer uma grande exportação, e utilisarem-se d'essa grande redução feita em Inglaterra?

Indica qual é o consumo total dos vinhos em Inglaterra, e observa que os nossos vinhos concorrem para esse consumo na proporção de 28 por cento, e por consequencia sendo já de muita importancia a importação dos nossos vinhos n'aquelle paiz, devemos aproveitar todas as circunstancias favoraveis para que seja ainda maior.

Tem-se dito que estabelecendo o tratado de commercio entre a França e a Inglaterra, differença de direitos segundo o grau alcoolico, esta differença nos prejudica. Está persuadido de que até certo ponto nos ha de prejudicar alguma cousa, mas não

tanto como se imagina, porque o consumo que em Inglaterra se faz, por exemplo, das bebidas fermentadas, não é tanto pela paixão que os ingleses posam ter por essas bebidas, como pelo excesso de direitos que até hoje têm pago os vinhos. Até hoje o consumo de vinhos tem sido feito mais pelas classes superiores da sociedade, que pela massa do povo que o não podia fazer, porque os direitos eram exorbitantissimos; mas depois da grande redução que tiveram, o consumo de vinhos ha de augmentar muito, e a importação dos nossos vinhos n'aquelle paiz ha de ser muito consideravel.

Encarando a questão em relação a uma colheita regular, está persuadido de que a aguardente estrangeira não entra cá, e não entra por que ao mesmo tempo que temos a vantagem de ser a aguardente uma produção nossa, que se faz com tantas e melhores circunstancias que outra qualquer, temos também o desfavor que soffre a aguardente estrangeira com as despesas de transporte, de commissões, de seguros e de todas as alcavallas que pesam sobre o preço do genero. Por consequencia uma vez que a colheita seja regular, não entra aguardente estrangeira.

Mostra pelos calculos que fez, que ainda depois da redução proposta, uma pipa de aguardente estrangeira fica com o encargo de 62\$260 réis; e reflecte, que uma redução que ainda deixa a uma pipa de aguardente estrangeira similhante encargo, afóra o interesse do negociante, é essencialmente protectora da nossa industria, se essa protecção lhe fosse necessaria, o que duvida.

Já se disse que a base que o governo adoptou do alcool puro, era um direito *ad valorem*, um meio fiscal geralmente rejeitado. Notará ao sr. deputado que fez esta observação, que o direito *ad valorem* é em relação ao preço do genero, e aqui o direito é em relação á gradução.

O sr. ministro da fazenda mandou á comissão, a pedido d'esta, um mappa estatístico da importação da aguardente, assim como do azeite, nos ultimos dez annos, isto é, de 1850 a 1860, e decompondo esse mappa vê-se, que uma vez que nós temos uma colheita regular, não entra no paiz uma unica pipa de aguardente estrangeira. A importação de aguardente n'estes dez annos foi de 167:941 almudes; mas nos tres primeiros annos foi apenas de 28 almudes, não por que os direitos fossem excessivos, mas por que a colheita era regular; nos tres annos seguintes em que já havia começo da molestia das vinhas, foi de 13:567 almudes, e nos ultimos annos avultou mais a importação, por que não havia vinhos para preparar aguardente, e por que o deposito que havia de aguardente nacional tinha-se naturalmente esaurido.

Não se imagine que tem mais sympathia por uma industria que por outra, e que tem o desejo criminoso de attentar contra a industria da aguardente; pelo contrario está persuadido de que a produção da aguardente deve ser uma industria nossa. Um paiz vinhateiro como o nosso tem obrigação de considerar a produção da aguardente como um artigo necessario, não só para o fabrico dos vinhos, mas para exportar. Tem sempre pugnado pelo maior desenvolvimento da nossa industria agricola, porque a considera como a primeira industria do paiz; a sua divergencia com os protectionistas consiste em que elles imaginam desenvolver a agricultura á custa da pauta, e não é esse o seu systema; quer a protecção, mas como ella se dá em outros paizes; a protecção por meio do ensino profissional, do credito e das estradas, protecção que nós já temos começado a dar.

Analysando as diferentes propostas que tem sido apresentadas, declara que a comissão não pôde adoptar a do sr. Costa Lobo, porque é um onus que se vae estabelecer sobre a produção nacional, estabelece o *draw-back*, e os *draw-backs* têm uma immensidade de inconvenientes que fazem com que hoje não sejam adoptados. Em primeiro logar, porque não podendo avaliar-se a materia prima, que já entrou, pelo preço do genero que se quer exportar, ha a fazer uma subtracção; e em segundo logar ha a attender ao desfale da materia prima, e é preciso calcula-lo no direito que se ha de dar; o que traz uma complicação extraordinaria para a alfandega, e torna o processo muito dispendioso para o thesouro.

Tambem a comissão não pôde adoptar a proposta do sr. Costa Lobo, porque é um onus que se vae estabelecer sobre a produção nacional, estabelece o *draw-back*, e os *draw-backs* têm uma immensidade de inconvenientes que fazem com que hoje não sejam adoptados. Em primeiro logar, porque não podendo avaliar-se a materia prima, que já entrou, pelo preço do genero que se quer exportar, ha a fazer uma subtracção; e em segundo logar ha a attender ao desfale da materia prima, e é preciso calcula-lo no direito que se ha de dar; o que traz uma complicação extraordinaria para a alfandega, e torna o processo muito dispendioso para o thesouro.

São estas as considerações que levaram elle, orador, em particular, e a comissão em geral, a apresentar o parecer de que se trata sobre a proposta que lhe fora commettida, e que entende que deve ser approvada pela camara.

O sr. *Presidente*:—declara que entendeu que o sr. deputado á fallar sobre a ordem, e por isso lhe concedeu a palavra, porque de outro modo não consentiria que precedesse outros senhores que pediram a palavra sobre a ordem, aos quaes adverte que devem apresentar uma moção.

O sr. *Azevedo Pinto* (sobre a ordem)—lê uma substituição ao artigo 1.º do projecto.

Admite a redução no direito da aguardente estrangeira, mas havendo dois caminhos a seguir para se chegar a este resultado, quacs são ou por meio de medida permanente, como a que o governo propoz, ou por medida provisoria, que auctorise o governo a fazer a redução até uma epocha dada, prefere o segundo caminho, por estar persuadido de que a medida permanente para satisfazer as necessidades do momento ha de n'uma epocha ordinaria, quando a futura vindima seja abundante, causar prejuizo á nossa agricultura e industria de destillação, porque ha de trazer aguardente estrangeira a afrontar a nacional.

Não querendo tirar a palavra aos srs. deputados, que a têm sobre a materia, limita-se a mandar para a mesa a seguinte substituição.

Substituição ao artigo 1.º do parecer n.º 17.

Artigo 1.º Auctorizando o governo a reduzir até 30 de setembro do corrente anno, o direito da aguardente estrangeira a 1\$500 réis por almude de alcool puro.

Art. 2.º É igualmente auctorisado o governo a prorogar, até 2 de novembro do corrente anno, a redução decretada em virtude da auctorização que lhe é concedida no artigo antecedente, tendo ouvido previamente o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas, as associações commerciaes do reino e as sociedades agricolas dos districtos, e quando se mostre a opportunidade da prorrogação em vista da escassez da futura vindima. — *Azevedo Pinto*.

É admittida e fica juntamente em discussão.

O



§ 2.º O do projecto. — A. J. Braamcamp — F. D. de Sá — Alves Martins — Antonio Feio de Magalhães Coutinho — J. T. Lobo d'Ávila.

É admittida, e fica também em discussão. O sr. Dias de Azevedo (sobre a ordem): — lê e manda para a mesa uma emenda ao artigo 1.º, e um additamento, para o caso d'ella ser approvada. Observa que a illustre commissão de pautas, estabelecendo o direito por almude, se esqueceu de indicar qual é o que tem em vista, se o de Lisboa, o do Porto, ou de outras localidades, que diversificam muito na quantidade, e pede que haja de se indicar qual é o que serve de padrão.

Não tendo podido assistir á sessão de quarta-feira, em que este projecto se distribuiu, sente que n'essa mesma occasião fosse dado para ordem do dia, quando é de grande transcendencia, e quando não vem acompanhado de todas as circumstancias e de todos os dados estatísticos convenientes. E estranha que o illustre relator da commissão, pedindo a palavra sobre a ordem, não apresentasse alguma moção adequada e se contentasse em dar diversas explicações.

Os calculos de, ex.º assim como os de muitos outros srs. deputados fallam e fallam muito na pratica. Propoem-se 25000 réis de direito em almude de alcool puro, que é aquelle que não tem nenhuma quantidade de agua, e que misturado com tres almudes de agua produz aguardente de 28 graus no inverno e de 30 graus no verão, quer dizer a gradação necessaria para adubar o vinho, vem a ser o direito da aguardente de 500 réis por almude. E é no fim de meia duzia de colleitas em que temos sido tão infelizes, não por falta de industria, mas por causa do *oldium*; é no fim de seis annos, quando ha a esperança de que a molestia acabe, porque já o anno passado a escassez não foi devida ao *oldium*, mas ás chuvas de maio e junho, que se quer proteger a industria vinhateira de um modo tão prejudicial!

Vinhos ha em Portugal que não precisam de adubo, como são, por exemplo, o de Bucellas e o de Carcavellos, que sendo adubados, ficam perdidos. Mas ha outros que precisam, e que o devem ser, porém com o alcool produzido nas localidades.

Ora, se a aguardente que entra é de cereaes, e essa não pôde senão prejudicar os vinhos, o resultado ha de ser que nós exportaremos vinho por algum tempo, mas, em se conhecendo que empregamos essa aguardente, morre a nossa agricultura completamente.

E não admittre que a aguardente seja materia prima para a feitura do vinho, porque temos vinhos que não necessitam de aguardente, nem tão pouco que seja preciso i-la buscar fóra.

Não pôde portanto approvar de maneira nenhuma o artigo 1.º em discussão, senão com as modificações que a elle acaba de effectuar.

O sr. Affonso: — requer que a discussão do projecto de que a camara se occupa continue até ao fim da sessão, em lugar de se passar ás interpellações.

Assim se resolve.

O sr. Justino de Freitas: — manda para a mesa tres pareceres da commissão de fazenda.

O sr. Gouveia Osório (sobre a ordem): — a commissão das pautas aceita a emenda do sr. Anselmo Braamcamp, e offerece-a como substituição ao artigo; e tendo um sr. deputado dito, que sobre a materia do projecto não havia estatísticas nem esclarecimentos alguns, declara que na commissão existem estatísticas em relação aos ultimos dez annos, assim como outros esclarecimentos que haviam sido pedidos ao governo, e por isso a commissão não andará de leve sobre este negocio.

São lidas na mesa as seguintes propostas do sr. Dias de Azevedo:

Emendas ao artigo 1.º § 1.º

Propoem a eliminção das palavras — alcool puro —

E que no § 1.º se substitua ás palavras — alcool puro — cada uma 240 réis. — A. D. de Azevedo — F. L. Mousinho do Albuquerque — J. Rebelo Cabral — Antonio dos Santos Lessa.

Additamento ao artigo 1.º

§ 3.º Os direitos impostos por esta lei não isentam o pagamento dos direitos de consumo. — A. D. de Azevedo.

São admittidas, e ficam também em discussão. O sr. Presidente: — depois da commissão ter accedido a proposta do sr. Braamcamp, em substituição ao artigo, é a materia d'esta proposta que fica em discussão.

O sr. Antonio Feio: — tendo de impugnar o artigo 1.º, por entender que em circumstancias tão extraordinarias e verdadeiramente excepcionaes, a lei que, como o presente projecto, se apresentasse com o caracter de permanente, ou não podia ser boa para as circumstancias normaes em que houvesse abundancia de vinho, ou para as actuaes, que são inquestionavelmente calamitosas e especiaes, leu os considerandos que precedem este projecto, mas ou não os entendeu, ou eu elles são, em parte, menos exactos, e em parte até contradictórios.

O primeiro considerando, em que se reputa que a aguardente é materia prima para a feitura do vinho, é menos exacto, porque elle, orador, julga que a materia prima para a feitura do vinho são as uvas, por isso que materia prima para qualquer coisa é aquella, sem a qual a coisa não pôde existir; e sabendo que ha muito vinho que não tem aguardente, segue-se que a aguardente não é materia prima para a feitura do vinho, e por isso meos exacto o primeiro considerando, o que já também tinha sido reconhecido pelo seu particular amigo e collega o sr. Affonso Botelho, tendo só a acrescentar, que ainda quando se queira dizer que a aguardente é materia prima, por isso que serviu para a composição e adubo dos vinhos, nem ainda assim julgava este considerando como um fundamento ou razão para que se votasse este projecto, porque as aguardentes que se empregam e servem para beneficiar os mais genuinos vinhos do Douro, não são as aguardentes que o projecto em discussão pôde fornecer, porque estas são as aguardentes estrangeiras, que regularmente ou são francezas feitas de fructas, ou a aguardente do Brazil, conhecida com o nome de cachaça, e taes aguardentes, bem longe de serem materia prima para a composição dos nossos vinhos, as julgava materia vedada para entrar na composição d'elles, e por isso continuava a reputar este considerando menos exacto, e até contradictório.

O segundo considerando, fundando-se na diminuição do contrabando, não é melhor fundamento do que o primeiro, por isso que a diminuição do contrabando, mais se deve esperar da acção fiscal, do que da diminuição dos direitos, e traria para exemplo o tabaco, que no nosso paiz é um monopólio, que pelo seu excessivo preço muito convidado ao contrabando, mas a acção fiscal o evita. Demais, se querem evitar o contrabando, e o meio é a diminuição dos direitos, porque se não diminuem também no assucar e em outras muitas cousas, de que tão grande contrabando se faz pela raiz? Por isso concluo que n'este considerando também não pôde encontrar a razão que justifique o projecto em discussão.

Em quanto ao terceiro considerando, que se funda na maior exportação de vinhos para Inglaterra, em vista da redução feita nas pautas d'aquelle paiz, elle, orador, não espera, infelizmente essa tão grande exportação ou muito maior do que tem sido até hoje; porque por essa resolução só são benefi-

ciados os nossos vinhos de segunda classe ou qualidade, que tendo de ir competir com os vinhos francezes, não tem (ao menos por em quanto) de conseguir um grande consumo, por isso que os francezes são mais bem feitos e clarificados, continuando quasi só a ser exportado o nosso generoso vinho do Douro, pela razão de que em paiz algum o ha, que possa com elle competir.

A vista pois do que deixa exposto, entendo, que em nenhum dos considerandos ha razão que justifique o projecto em discussão, e entendo que ainda estão em contradicção os considerandos, quando querem facilitar a introdução da aguardente estrangeira, porque a do paiz não chega para beneficiar os nossos vinhos, e mais abaixo dizem: que as nossas aguardentes devem ainda fornecer-nos um valioso artigo de exportação. Por tudo isto, concluo que os considerandos são menos exactos e até contradictórios.

Se não for approvada a emenda que o sr. Anselmo Braamcamp mandou para a mesa, e que elle, orador, assignou, as aguardentes, mas de poucos graus, e que só servem para alimentar o mais noivo vício, a embriaguez, serão tão protegidas que estas só pagarão 150 réis por almude. Antes da eleição dos direitos na aguardente, gastavam-se em Lisboa cerca de 2000 pipas de cachaça, e não vê utilidade alguma em se proteger a introdução d'esta pessima bebida, em prejuizo da nossa aguardente baixa; e deve ainda notar que o cognac ao contrario é uma bebida de luxo, e nunca votará para que se diminuam os direitos nos objectos de luxo.

E, finalmente, concluindo mostra que elle e os seus collegas, que votavam contra o presente projecto, e que requeram que elle fosse á commissão de vinhos, ouvida a commissão de agricultura, não tinham querido adiar a discussão; e esta nada se teria demorado, porque a commissão de agricultura, tinha prometido na camara de dar o seu parecer até hontem; e nota que os srs. deputados do sr. Domingos de Barros, por extemperança, hontem votaram que não fosse admittido por não ser preciso, como elle, orador, já esperava. Mais estima uma decisão madura e acertada, embora mais demorada, do que muito precipitada; e que se tinha andado com precipitação, provava-a o illustre commissão de pautas, adoptando a emenda do seu collega e amigo o sr. Anselmo Braamcamp, que tanto altera o parecer da illustre commissão. Finalmente concluo fazendo ver que sendo deputado pela provincia mais agricola, satisfaz a um dever que lhe impunha a sua consciencia, votando contra um projecto que reputa nefasto ao mais valioso ramo da nossa industria agricola.

O sr. D. Rodrigo de Menezes: — entende que é mau systema pedir a palavra sobre a ordem para fallar na materia, preterindo assim os oradores que se acham inscriptos para tomar parte no debate; e visto que a palavra lhe chegou sobre a materia, iria motivar o voto que tem de dar sobre o assumpto que se discute.

Observaria, em referencia ao que disse um illustre deputado, que seja qual for o opinião dos seus constituintes, o seu dever é dizer aquillo que a sua consciencia entende, embora vá de encontro á opinião d'aquelles que o mandaram á camara, e sa a estes não agrada o seu proceder, tinham na sua mão não o tornar a eleger, o que também lhes não pediria.

O que se diria, se se consultasse algum medico sobre uma grave doença e o medico aconselhasse para a curar, matar o doente! Isto produziria n'elle, orador, o mesmo effecto que produz o ver, que a pretexto de defender os interesses da lavoura, se aconselham cousas que a matam.

Ha quem entenda que não se devem diminuir os direitos na importação da aguardente estrangeira, porque ainda havemos de nadar em vinho. Quando tivermos vinho em abundancia, ninguém trará a Portugal aguardente pagando o direito de 25000 réis para a vender a 18000 réis, porque tem fabricado muita aguardente, e tem-na vendido a 18000, a 18200 e a 18000 réis; mas quando houver pouco vinho, ha de cá vir com esse direito a aguardente estrangeira, e é justo que entre. O que é injusto é que nós outros, porque temos uma industria qualquer, desejemos tributar essa industria para animar outras que não se sustentam por si, que são racionais e não devem ter protecção. O projecto é incompleto porque ainda não é bastante para promover a exportação dos nossos vinhos; e sente que o sr. ministro da fazenda por uma vez não ataque de face a questão das pautas. Pois será justo exigir que a industria agricola concorra ao mercado sem protecção nenhuma, e se esteja a proteger, com direitos incriveis de 100 e 200 por cento, industrias que não prestam para nada, que estão a desviar braços que eram mais productivos applicados a outros trabalhos? (apoiados)

Em roda de Lisboa fez-se uma muralha em que se gastaram 200.000\$000 réis, e que toda a noite tem sentinellas e patrulhas: apesar d'isto um quinto do que se consome em Lisboa entra por contrabando. Ora, se em Lisboa, com tantos meios de fiscalisação que tanto dinheiro custam ao paiz, não é possível evitar o contrabando, como se ha de evitar na raiz, em terras em que se diz — fulano e sicrano têm por sua conta lanchões para irem buscar o contrabando d'aquelle navio, que nós estamos vendendo de réis largas e muito á sua vontade, pagando á espera que lá llo vão buscar? — (apoiados)

Se se quer proteger, como se diz, a exportação dos vinhos, porque não se propõe que á aguardente que se reexporta lotada n'esses vinhos se restituam os direitos da importação? Ella de certo não prejudica a lavoura, porque entra e depois sa, levando consigo o vinho. Entretanto essa medida não foi proposta pelo governo nem pela commissão, nem pelos illustres deputados que têm discutido o projecto. Pela sua parte restituia á aguardente reexportada o direito com que foi importada.

Termina declarando, que seja qual for o opinião d'aquelles que o elegeram, sustenta como a opinião e justo o principio de que, quando o governo poder e quizer, deve trazer á camara uma modificação das pautas como um meio de receita publica (apoiados), e como um meio de prosperidade para esta terra (apoiados); porque as industrias protegidas ha vinte e tantos annos, ainda se rojam pelo chão sem se terem elevado á altura a que deveriam ter chegado, se estivessem a disputar com quem lhes podesse fazer concorrência (apoiados). Isto é muito claro, e a sua opinião não está encoberta, e n'esta conformidade irá votando e discorrendo.

O sr. Dias de Azevedo: — presta homenagem á doutrina do illustre deputado que o precedeu, porque também está convencido de que se tratassemos de uma completa reforma de pautas, poucas seriam as opiniões em contrario ao projecto em discussão; mas como isto se não faz, e se apresenta apenas uma experiencia, e desgraçada experiencia, porque recede sobre um genero de que não necessitamos permanentemente, não pôde deixar de se oppor. Se necessitassemos sempre de aguardente estrangeira para adubarmos os nossos vinhos, e os apresentarmos nos mercados estrangeiros, havia de ser o primeiro a votar pela sua admissão livre; mas fazer-se esta experiencia da diminuição permanente de direitos em circumstancias em que entende que isso prejudica a nossa agricultura, é o que não pôde admittir.

Não é com a muita exportação que o paiz lucra; a muita exportação a maior parte das vezes mata:

a muita exportação do nosso vinho do Douro em 1821 e 1822 arrastou a sua qualidade, e trouxe uma exportação muito diminuta; triplicou e quadruplicou então, e depois quasi que morreu.

A redução de direito de importação sobre a aguardente é uma medida de fazenda que affecta a nossa receita, e por isso deveria ter sido ouvida a commissão de fazenda, e devia-se ter dado tempo a que ella fosse discutida largamente pela imprensa, e a que podesse ser conhecida por todo o paiz; mas já que se discute muito pouco tempo depois de apresentada a proposta do governo na camara, ao menos seja longa a discussão, porque quanto mais o for, mais lucra o paiz.

O segundo considerando da commissão, em lugar de ser confirmativo da opinião por ella emitida, é contraproducente.

Seria proveitoso que a medida se admittisse com a emenda que apresentei, isto é, que não se dissesse de "alcool puro" mas sim de "aguardente", porque dizendo-se de "alcool puro" não é 25000 réis que paga cada almude de aguardente, mas 500 réis, e sendo 500 réis vale a importação affectar gravemente a nossa agricultura.

Tenha a camara a certeza de que sendo a aguardente que nos vem de fóra ordinariamente a produzida por cereaes, sendo algumas vezes damificada, não havemos de receber outro melhor, porque o preço não a convida, e então vem da peor de proposito para prejudicar as especialidades dos nossos vinhos e para os damificar.

Quer-se diminuir o imposto e facilitar assim a introdução da aguardente estrangeira: o fim com que se fez uma tal proposta é beneficiar o paiz; mas em quanto não tivermos vias de communicação para que, por exemplo, a aguardente da Beira possa ser levada ao Porto, ou trazida a Lisboa com a mesma facilidade com que pôde ser-nos trazida a aguardente do estrangeiro, entendo que a medida é prejudicialissima, porque a aguardente produzida no interior do paiz tem a carregar na sua condução para o Porto, ou para Lisboa, com uma despesa tripla ou quadrupla do direito que se impõe sobre a importação da estrangeira, e por isso não pôde competir com ella n'esses dois mercados.

Portanto, a não serem admittidas as suas emendas, não pôde deixar de votar contra o artigo 1.º e seus §§.

O sr. Claudio José Nunes: — disse-se que o alcool obtido nas localidades vinhateiras é talvez o unico que pôde adubar favoravelmente os vinhos d'essas localidades, que nós mandamos para os mercados estrangeiros. Esta proposição não é verdadeira, porque o alcool levado ao seu ponto de extrema pureza pouco importa que seja d'esta ou d'aquella procedencia; todo elle deve ser o mesmo.

O direito de 25000 réis imposto em cada almude de alcool puro, isto é, 18500, 18700 ou 18800 réis em cada almude de aguardente do commercio segundo a sua gradação, e não de 500 réis, como disse o sr. Dias de Azevedo, não deve causar o recio de ver substituir nos nossos mercados a nossa produção pela produção estrangeira. Este direito lançado em cada almude de aguardente, não pôde de certo assustar uma industria que tenha em si força para viver, e que não subsista á custa de alheios favores. Este direito deve ser permanente, porque se fosse transitorio traria-nos isso muitos dos inconvenientes da escala móvel, que é um systema hoje condemnado pela pratica e pela sciencia, e que não serve senão para illudir o fisco, perturbar o commercio licito, e para dar muitas vezes campo a pouco leaes especulações.

O sr. Dias de Azevedo levou a tal ponto o seu amor pelos interesses da agricultura, que veio apresentar a proposição, que pelo menos acha um pouco arriscada, de que a muita exportação mata. De sorte que se nós não fivessemos mercados para os nossos vinhos, se difficilidades a exportação, se os nossos navios se tivessem afundado todos, e não podessemos levar esse nosso genero para a America nem para a Inglaterra, então a nossa agricultura estava em circumstancias mais favoraveis, porque não tinha a exportação a mata-lhe! O que mata a agricultura não é a muita exportação, é a sophisticação do genero exportado (apoiados).

Como fivesses dado a hora, terminou dizendo que entendo que o direito proposto pela commissão é razoavel: que a nossa industria costuma ser muito nervosa, e assusta-se por qualquer cousa, e como este panico é natural, em vista do que julga serem os seus interesses, convinha ir de vagar e diminuir os direitos em certa proporção, para que querendo-se-lhe dar um remédio, se lhe não dê em dose tão forte, nem um remédio tão heroico que a possa matar (apoiados).

É conveniente adoptar a emenda do sr. Braamcamp, por que elevando a um preço mais alto o direito de importação da aguardente baixa, esta não poderá vir ao mercado competir com a nossa, e por isso a commissão fez bem em adoptar essa emenda. E por ultimo parece-lhe que o illustre deputado que o precedeu não deve ter tanto recio pela sorte da agricultura, que está tão favorecida pelas circumstancias do nosso solo, que resistirá facilmente a estes ataques que parece fazerem-lhe os deputados que tiveram a honra de assignar o parecer em discussão. Não quiz illudir a camara, quiz unicamente expor a sua opinião e dizer o motivo do seu voto (apoiados — muito bem).

O sr. Presidente: — dá para ordem do dia a emenda, a continuação da que vinha para hoje, e levanta a sessão. — Eram quatro horas da tarde.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Covilhã — No Jornal do Norte lê-se o seguinte:

No dia 29 de março ultimo, pelas tres horas e meia da manhã, foi cercado o convento de Santo Antonio da villa da Covilhã, sendo para isso empregada a força de cavallaria 8 e infantaria 12, que ali se acha, sob o commando do capitão deste ultimo regimento, Francisco Pinto da Motta, que, com o administrador do respectivo concelho, entraram n'elle ao nascer o sol e passaram a dar-lhe uma rigorosissima busca, para a captura do seu proprietario, Manuel de Moraes da Silva Ramos e filho, ambos implicados no crime de moeda falsa. Demoraram-se n'esta diligencia até ás dez horas da mesma manhã, sem poderem conseguir o descobrimento dos criminosos, havendo todavia todos os indicios que lá persistiam, por isso que ainda acharam quantas as camaras em que ambos tinham pernoitado.

No dia 31 voltaram ali, levando em sua companhia um pedreiro, com ferramenta propria para o levantamento de pedras de que haviam suspeitas de serem escondrijos, mas de que em resultado nada appareceu.

O jornal d'onde extrahimos a noticia precedente continua dizendo, que as autoridades civis e militares têm mostrado a melhor vontade em darem cumprimento cabal e sem demora ás ordens recebidas do governo para a captura de similhantes criminosos.

### ILHAS

Ponta Delgada — No Santelmo, jornal scientifico e litterario d'esta cidade, encontram-se as seguintes noticias agricolas:

A sociedade de agricultura de Ponta Delgada tem vendido varias porções de plantas de vinha da

Hungria e de Inglaterra, bem como varias especies de figueiras.

Os srs. Severim & Collares, proprietarios de uma fabrica de destillação continua n'esta cidade, convidam os proprietarios a fazerem culturas de sorgho, aos quaes offerecem de 165000 a 185000 réis pela produção de cada alqueire de terra achando-se em boas condições no acto da apanha. Constaos que muitos proprietarios michealenses, suppeem o sorgho prejudica a saude dos animaes que comem d'esta planta. Mr. H. Laure, em França, sustentou tambem esta opinião; porém mr. Beauregard sustenta bois de engorda unicamente com hastes e folhas de sorgho. Da uma arroba a cada boi, o que os mantem n'um estado de saude perfeito, tomando muito boas carnes e adquirindo pelo flexivel e brilhante. Para conseguir este resultado, convem que a planta seja rica de succos nutritivos. O mesmo sr. Beauregard sustenta aves com as sementes de sorgho.

Á vista d'isto, são infundadas as apprehensões dos que julgam o sorgho prejudicial á saude dos animaes.

Horta — O Jornal da Associação dos Professores publica a seguinte noticia estatística sobre o estado da instrucção publica n'este districto relativo ao anno lectivo de 1856 e 1857:

Funcionaram 16 escolas publicas de ensino primario para o sexo masculino com 16 professores; e 3 para o feminino com 3 mestras; 4 escolas de ensino secundario comprehendendo o lycee da Horta, e não contando a aula de latin na villa da Magdalena, que se acha vaga ha muitos annos, o qual ensino foi exercido por 7 professores; e 38 escolas de ensino particular, 10 para o sexo masculino e 28 para o feminino; com igual numero de professores; sendo por tanto 61 o numero total das escolas em todo o districto, e 64 o dos professores.

A frequencia nas escolas publicas subiu a 1426 discipulos, sendo 1185 rapazes e 241 meninas.

Dos 1:185 que concorreram ás aulas, 96 cursaram estudos secundarios, e os 1:089 o ensino primario. As escolas particulares foram frequentadas por 1:083 alumnos, sendo 320 do sexo masculino, e 763 do feminino.

A frequencia total das escolas publicas e particulares foi de 2:509 individuos, sendo 1:505 do sexo masculino e 1:004 do feminino.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 7 do corrente, e de Paris até 5.

Os jornaes herpanhoes, recebidos pelo correio de hoje, publicam os seguintes

### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Paris, 5 de abril — O jornal ministerial, La Patrie, publica um artigo, assignado por mr. Franchant, dando noticias importantes da Sicilia. Este paiz, segundo diz a Patrie, continua tranquillo, apesar das excitações promovidas por alguns inglezes. Affirma-se que varios agentes estrangeiros pretendem organizar um partido que peça a annexação da Sicilia á Inglaterra. O nucleo d'este partido fez já uma propaganda activa, valendo-se de todos os meios; porém o jornal citado julga que elle não conseguirá os seus fins, porque a Sicilia tem bem presente o exemplo das ilhas Jónias, e por outra parte todas as potencias devem oppor-se á realisção de similhante projecto.

Marselha, 5 — Dizem as ultimas correspondencias de Constantinopla que saiu de Monaster um corpo de exercito, para acampar entre a Servia e o Montenegro.

O filho do príncipe Miloch não quer ir a Constantinopla, a fim de tomar a investidura.

O governador de Candia mandou prender 42 sacerdotes gregos que se converteram ao catholicismo. A legação franceza intercedeu a favor dos sacerdotes.

Berna, 5 — O conselho nacional, por 106 votos contra 3, e o conselho dos estados, por unanimidade, votaram os poderes e as propostas feitas pelo conselho federal.

Paris, 5 — As columnas dos jornaes apparecem cheias de documentos officiaes, notas diplomaticas e protestos do Piemonte, Suissa, Austria e Inglaterra, tudo relativo ás questões da Italia central, Saboya e Suissa.

Lord Cowley parte para Londres e M. de Persigny para Paris, a fim de passarem o tempo da Paschoa com as suas familias.

O emprestimo ottomano será effectuado em Paris.

Os jornaes inglezes, em geral, applaudem a paz com o imperio do Marrocos; porém o Morning-Post censura injustamente o gabinete de Madrid, e diz que a Hespanha só empreheendera a guerra, movida por um sentimento de ambição.

### HESPAÑIA

Confirma-se officalmente a noticia de que o ex-general Ortega fóra preso em Calanda. Foram igualmente presos em sua companhia o seu primo e cunhado D. Thomás Ortega, magistrado das Baleares; D. Francisco Cervero, filho do conde de Sobradilla, e D. Antonio Moreno, ambos ajudantes de campo de Ortega, e Zacharias Gaspar, seu creado. Os prisioneiros foram conduzidos para o castello de Alcaniz, onde se acham actualmente.

No castello de Peniscola está o ex-general Elio, que, como dissemos, foi tambem preso, bem como o seu secretario, e um coronel carlista, que residia em Tortosa.

Taes são as prisões que até hoje constam oficialmente.

Além d'estas noticias, lê-se na Correspondencia de Espana o seguinte:

Numa povoação da provincia de Biscaya (em Baracaldo) houve uma tentativa de revolta. Reuniram-se uns quarenta homens a fim de formarem uma partida; porém a autoridade, que estava prevenida, destacou forças contra os revoltosos, e no encontro que houve foi ferido um d'elles, e tres ficaram prisioneiros. Os outros fugiram na direcção de Escartaciones. Foram apprehendidas 31 espingardas, 9 pistolas, e um caixa de munições....

### PIEMONTE

Continua com a maior actividade a evacuação da Lombardia pelas tropas francezas. Sabe-se que o corpo de occupação, commandado pelo marechal Vaillant, na Italia, se compõe de cinco divisiões de infantaria, e de uma divisação de cavallaria.

A primeira divisação de infantaria tem por commandante o general d'Autemarre; a segunda, o general Ubrich; a terceira, o general Bazaine; a quarta, o general de Failly; e a quinta, o general Bonbaki.

A divisação de cavallaria é commandada pelo general de Rochefort.

O aquartelamento das tropas prolongava-se desde Brescia, cidade situada nas proximidades do lago de Garda, e do Mincio até Placencia, praça forte situada na fronteira do estado de Parma. Todas as tropas francezas tomaram já parte no movimento de evacuação que se opera da maneira mais regular e de accordo com a ordem de marcha, ordenada pelo ministerio da guerra. Nove navios da marinha imperial foram designados para transportarem as forças francezas da Lombardia. Citam-se entre elles as fragatas a vapor Youban, Descartes,

Eldorado, e os transportes mixtos Mayenne, Finistère e Aube. Muitos d'estes navios de guerra saíram já de Toulon com destino para Genova, a fim de embarcarem o material de artilheria.

Em seguida damos na sua integra o discurso pronunciado pelo rei Victor Manuel, por occasião da abertura do parlamento italiano:

Senhores senadores e senhores deputados. — A ultima vez que abri o parlamento, no meio das angustias da Italia e dos perigos do estado, a fé na justiça divina animava-me a ter toda a esperança na nossa sorte futura. Em mui curto espaço de tempo, foi repellido uma invasão, a Lombardia libertada, graças ás gloriosas façanhas dos heroes que ali pelejaram, e a Italia central declarada livre, graças á grandiosa virtude das populações, e hoje acham-se reunidos em volta de mim os representantes do direito e das esperanças da nação.

Devemos tantos beneficios a um alliado magnanimo, á bravura dos seus soldados e dos nossos, á abnegação dos voluntarios e á perseverante concordia das populações, e damos por isso graças a Deus, porque sem o auxilio sobrehumano não se realisam emprezas memoraveis para as gerações presentes e futuras. Por gratidão para com a França pelos beneficios que ella prestou á Italia, para consolidar a união das duas nações que têm uma communidade de origem, de principios e de destinos, tornara-se necessario fazer um sacrificio, fiz aquelle que mais sensivel podia ser ao meu coração. Aguardando o voto dos povos e a approvação do parlamento, e, perante a Suissa, as garantias do direito internacional, estipulei um tratado sobre a reunião da Saboya e do districto de Niza á França.

Teremos ainda muitas difficuldades a vencer, porém sustentado pela opinião publica e pelo amor dos povos, não permitirei que seja lesado qualquer direito ou propriedade: firme como os meus antepassados, soberanos catholicos, no respeito devido ao chefe supremo da religião, se a autoridade ecclesiastica empregar armas espirituas nos interesses temporales, na minha consciencia sem mancha e nas tradições de meus avós, eu saberei encontrar forças para manter illisa a liberdade civil e a minha autoridade, da qual só devo dar contas a Deus e aos meus povos.

As provincias da Emilia tinham uma organização conforme á das antigas provincias; porém na Toscana, que tem as suas leis e a sua organização proprias, tornava-se necessaria uma disposição particular momentanea.

A rapidez com que o tempo decorren, e os acontecimentos se succederam, não permitiu que se preparassem as leis que deverião dar ao novo estado força e consolidação.

No primeiro periodo d'esta legislatura, só tercia a discutir as propostas mais urgentes. Os meus ministros prepararão depois com os legitimos corpos consultantes os projectos sobre os quaes, no segundo periodo, tercia a deliberar.

Baseada no estatuto, a unidade politica, militar e financeira, e a uniformidade das leis civis e penaes, a liberdade progressiva e administrativa das provincias, fará renascer nos povos italianos essa vida esplendida e vigorosa que, sob outras formas de civilização e de instituição europea, era a condição das autonomias das municipalidades, ás quaes repugnaram hoje a constituição dos estados fortes e o genio da nação.

Srs. senadores e srs. deputados, occupando-nos das novas organizações, sem procurarmos nos partidos antigos senão a memoria dos serviços prestados á causa commum, convidamos para uma nobre corporação todas as opiniões sinceras, a fim de que se realice o fim supremo do bem-estar do povo e da grandeza da patria, d'esta patria que já não é a Italia dos romanos, nem a da idade media, que não deve continuar a ser um campo aberto ás ambições estrangeiras, mas sim a Italia dos italianos.

Numa correspondencia de Niza, datada do 1.º do corrente, lê-se o seguinte:

..... Nestes ultimos dois dias têm successivamente partido por companhias, a fim de embarcarem em Villafranca, os soldados piemontezes que formam a guarnição de Niza, onde só está actualmente um batalhão que fornece a guarda de honra da imperatriz da Russia.

Deu-se um facto significativo. Os sardos retiraram-se atravessando a cidade no meio de uma multidão de curiosos que se conservaram silenciosos. Não foi proferida uma só palavra de sympathia ou de pesar.

Em quasi todas as casas da cidade fluctuam bandeiras francezas: as bandeiras com as cores sardas são raras, apenas se vêem nos estabelecimentos dependentes do governo piemontez.

Todas as janellas do consulado inglez estão adornadas de bandeiras francezas.

A cidade apresenta um espectaculo dos mais animados; o enthusiasmo chegou ao seu apogeo. (La Patrie).

### PRUSSIA

Os jornaes allemães dão novas informações relativas á resposta dada pela Prussia á nota do ministerio dos negocios estrangeiros da França. A Gazeta de Colonia affirma que a nota prussiana lamenta e reprova a annexação. O mesmo jornal annuncia alem d'isso uma nova nota, especialmente allusiva á que a Suissa ultimamente dirigiu ás potencias.

A Gazeta da Prussia diz que não se alcançou ainda resultado algum positivo das negociações entre a Prussia e a Inglaterra. Porém este facto, diz a Gazeta de Colonia, não é menos certo, apesar d'este desmentido.

— O exame do projecto de lei sobre a reforma militar na Prussia acaba de ser interrompido por incidente de summa gravidade. A commissão da camara dos representantes tinha pedido ao governo communicação dos relatorios dos generaes sobre a questão da duração do serviço. Como porém o ministro da guerra não quiz acceder a este pedido, Vincke, presidente da commissão, declarou terminantemente, que a camara não continuava os seus trabalhos. Vincke tencionava apresentar esta questão ás camaras. (La Patrie).

### INGLATERRA

Dizem as ultimas correspondencias de Londres que a commissão que foi nomeada para a inspecção das defezas nacionaes, sob a presidencia do general Harry James, concluiu já o seu relatorio, e que os novos trabalhos, que ella indica, vão ser levados a effect



## NOTÍCIAS SCIENTÍFICAS

## OBSERVATORIO METEOROLÓGICO

| ABRIL-10 | DO                  |                           |                         |                    |
|----------|---------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
|          | BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|          | Millímetros         | Grãos C.                  | Por 100                 | Rumos              |
| 9 m.     | 758,93              | 13,4                      | 78,4                    | NNO.               |
| 3 t.     | 757,18              | 15,7                      | 67,4                    | NNO.               |

DIA 9.

|                                    |          |
|------------------------------------|----------|
| Maxima—temperatura.....            | 15,2 C.  |
| Minima.....                        | 10,3     |
| Ozone.....                         | 8,0      |
| de noite.....                      | 5,0      |
| Chuva (udometro).....              | 0,0 Mil. |
| Evaporação (vaporimetro).....      | 6,4      |
| Altura barométrica correcta.....   |          |
| Altitude do barometro 95,1 metros. |          |
| Temperatura à sombra.....          |          |

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

## ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Nota do assucar despachado para consumo no mez de março de 1880

| PORTOS D'ONDE VEIU  | REFINADO  | NÃO REFINADO |
|---------------------|-----------|--------------|
| Bahia.....          | 635.845   |              |
| Cabo Verde.....     | 141       |              |
| Goa.....            | 9.860     |              |
| Hamburgo.....       | 128       |              |
| Londres.....        | 9.011     |              |
| Madeira.....        | 66        |              |
| Maranhão.....       | 17.730    |              |
| Mogador.....        | 12        |              |
| Nantes.....         | 39        |              |
| Pará.....           | 22.975    |              |
| Pernambuco.....     | 1.074.961 |              |
| Rio de Janeiro..... | 35.798    |              |
| Total.....          | 9.256     | 1.796.710    |

Prata em moeda nacional exportada pela alfandega do Porto no mez de março ultimo

|                     | MARÇOS | VALOR      |
|---------------------|--------|------------|
| Para Londres.....   | 1.474  | 11.975.000 |
| Para Liverpool..... | 2.512  | 30.395.000 |
|                     | 3.986  | 42.370.000 |

## BANCO DE INGLATERRA

BALANÇO DE 21 DE MARÇO

O thesouro continua a fazer depósitos no banco, em vista do dividendo que vai haver no mez de abril. A sua conta corrente tem-se augmentado 29 milhões de francos, mas o effecto d'estes depósitos tem sido em grande parte contrabalançado pelo aumento da carteira, que tem sido de perto de 19 milhões; as disponibilidades do banco, isto é, a caixa e a reserva, não augmentaram senão 5 milhões. O desconto tornou-se difficil durante a ultima semana. Os fundos que o thesouro remetteu ao banco fazem falta no mercado monetario, onde se não chega a negociar os melhores valores, a 3 mezes, abaixo de 4 1/2 por cento. Para os effectuados a 6 mezes é preciso pagar 5 por cento.

Assim, de todas as partes se recorre ao banco, cujas condições são menos elevadas que as do mercado livre. As casas de desconto têm obtido adiantamentos consideraveis sobre depósitos de objectos a 6 mezes, com a condição de reembolsarem o banco no momento do pagamento do semestre.

Este genero de operações tem sido feito em tão vasta escala, que parece que o proximo dividendo tem sido quasi inteiramente descontado.

Assim, depois de 15 de abril, os reembolsos farão diminuir repentinamente a carteira a 3 ou 4 milhões esterlinos, entretanto que a conta corrente do thesouro, que excede neste momento a 10 milhões esterlinos, voltará a 5 ou 6 milhões esterlinos. Os negocios commerciaes são muito activos, e contribuem para manter provisoriamente os capitales em uma taxa de interesse elevado.

As chegadas de metaes preciosos são um pouco mais numerosas. Chegaram desde ha oito dias francos 7.625.000 da Australia, e 1.500.000 francos dos Estados Unidos. O *Campêo dos Mares* chegou de Melbourne, trazendo 176.000 libras esterlinas, e os navios australianos que vem em viagem para Inglaterra trazem ouro que se eleva a 448.000 libras esterlinas.

Eis-aqui as cifras do balanço do banco de Inglaterra, dado em 21 de março, comparado com o de 14:

| Contas correntes diversas .....              | £          |      | £           |
|--|------------|------|-------------|
| .....  | 12.932:920 | dim. | 97.920      |
| Bilhetes a 7 dias .....                      | 717:041    | »    | 1.964       |
| Circulação activa .....                      | 21.059:771 | »    | 165:239     |
| Circulação total .....                       | 29.062:435 | aug. | 12.820      |
| Conta corrente do thesouro .....             | 10.362:543 | »    | 1.091:205   |
| Carteira .....                               | 22.575:833 | »    | 759:482     |
| Em caixa .....                               | 15.376:374 | »    | 76:494      |
| Reserva em caixa .....                       | 788:933    | »    | 63:674      |
| Reserva de bilhetes .....                    | 8.719:705  | »    | 176:095     |
| Reserva em caixa e bilhetes reunidos .....   | 9.508:644  | »    | 239:769     |
| Valores publicos pertencentes ao banco ..... | 10.221:190 | »    | 50.000      |
|  |            |      | (Nacional.) |

## MOVIMENTO MARITIMO

## BARRA DE LISBOA

Dia 10 de abril de 1880

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Nascimento Feliz, hiate portuguez, mestre J. P. de Campos Junior, de Vianna em 2 dias, com milho; 8 pessoas de tripulação.  
Janota, rascas, mestre J. Gomes, de Caminha em 33 horas, com milho; 9 pessoas de tripulação.  
Trafalgar, nau ingleza a vapor, commandante o capitão E. G. Fanshawe, de Plymouth em 6 dias; 880 pragas, 90 pecas, e da força de 500 cavallos.  
Centurion, nau ingleza a vapor, commandante o capitão H. D. Rogers, de Plymouth em 6 dias; 750 pragas, 80 pecas, e da força de 400 cavallos.  
Diadem, fragata ingleza a vapor, commandante o capitão J. H. Cockburn, de Plymouth em 6 dias; 450 pragas, 32 pecas, e da força de 800 cavallos.  
Maria Izabel, rascas, mestre J. da Silva, de Caminha em 13 dias, e da Figueira em 5, com milho; 5 pessoas de tripulação.  
Treak, escuna ingleza, capitão T. J. Holder, de New-Castle em 19 dias, com varios generos a Martin & Sons; 7 pessoas de tripulação.  
Emilia, escuna portugueza, capitão E. C. da Silva, de Liverpool em 11 dias, com fazendas a C. P. Tavares; 8 pessoas de tripulação.  
Busy Bee, escuna ingleza, capitão G. Juniper, de Londres em 11 dias, com correntes, ancoras, e mais generos a W. Adams; 6 pessoas de tripulação.  
Santos & Oliveira, hiate portuguez, mestre F. A. Rodrigues, para Setubal, em lastro; 8 pessoas de tripulação.  
Flor de Santos, badeira, mestre J. M. Gouveia, para Setubal, em lastro; 5 pessoas de tripulação.  
S. Thiago, hiate portuguez, mestre E. A. Marreir-

ros, para Sines, com trigo e mais generos; 7 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: uma praça de pret, portugueza.

Novo Destino, badeira, mestre J. Brandão, para Villa Real de Santo Antonio, com trigo e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Vigilante, patacho portuguez, capitão A. C. Morgado, para o Rio de Janeiro, com sal, vinho e mais generos; 11 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Maria Augusta de Oliveira, com uma filha, portugueza; P. Lorin, negociante, francez.

Vesta, paquete francez a vapor, capitão G. de Morcin, para o Havre de Grace e Antuerpia, com azeite e mais generos; 19 pessoas de tripulação e 3 passageiros.

Tentadora, badeira, mestre J. Maria, para Villa Nova de Milfontes, com trigo e milho; 6 pessoas de tripulação.

Princess Charlotte, patacho sueco, capitão G. A. Hergstrom, para Copenhague, com vinho; 8 pessoas de tripulação.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereas e encomendas; 20 pessoas de tripulação, e 15 passageiros.

Tentativa, badeira, mestre F. Maria, para Villa Real de Santo Antonio, com madeira e milho; 6 pessoas de tripulação.

Conceição Feliz, hiate portuguez, mestre A. Luiz, para Villa Nova de Milfontes, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Elise, patacho dinamarquez, capitão N. Shate, para Havana, com sal e mais generos; 8 pessoas de tripulação. Foi registado hontem e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço d'Arco.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, para Cezimbra e Setubal, com cereas; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 10 de abril de 1880.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICIA

## BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 10 DE ABRIL DE 1880

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 8

Entradas—Hiates, *Crux* 2.º, arribado por causa do muito vento, tendo saído d'esta barra para Caminha hoje de manhã; *Estrella* 4.º, de Setubal, por Vigo em 10 dias; *S. Lourenço*, e *S. Vicente* 2.º, ambos da Figueira, por Vianna em 12 dias.—Badeira *Isabel*, de Lisboa, por Vianna em 24 dias; portuguezes.

Saídas—Brigue *Aliança*, para Hamburgo.—Escuna *Deolinda*, para Montrial.—Hiate *Beijinho*, para Setubal; portuguezes.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve NE. regular, agora N. forte.

Do dia 9

Entrou o vapor inglez *Douro*, de Liverpool em 4 dias.  
Não saiu nem se avista embarcação alguma.

O mar um tanto agitado.—O vento esteve N., agora NO. regular.

De Vianna do Castello, do dia 8

Entrou a rascas *Primavera*, do Porto, com ferro. Saiu o hiate *Nascimento Feliz*, para Lisboa, com milho.

A barra está boa.  
Mar plano.—Vento N.

Na barra do Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 4, 5 e 6.

De Caminha, do dia 8

Saídas—Rascas *Albina*, para a Ericéria, e *Janota*, para Lisboa.—Hiates, *S. Jorge*, para Cezimbra e Lisboa; e *Senhora dos Marianes*, para Malaga.

Mar bom.—Vento NNO.  
Do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Vento NO.—Mar bom.

De Villa do Conde, do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar agitado.—Vento S.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Vento O.

Do dia 6

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento N.

Do dia 7

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento N.

Da Figueira, do dia 8

Entrou o hiate portuguez *Rio Cavado*, de Villa do Conde, em lastro.

Saídas—Hiates, *Constante*, para a ilha de S. Miguel; *Sociedade do Mondego*, para Peniche, ambos com sal; *Santo Antonio*, para Lisboa, com varios generos; *Boa União*, para o Porto; *Alcázar*, para Caminha, ambos com pedra; *Boa Fortuna*, para o Porto, com varios generos.—Cahique *Senhora do Rosario*, para Cezimbra, com sal.

Fôra da barra nada se avista.  
Mar bom.—Vento NNE. fresco.

Do dia 9

Não entrou embarcação alguma.  
Saiu o cahique portuguez *Senhora do Rosario*, para Cezimbra, com sal.

Fôra da barra nada se avista.  
Mar agitado.—Vento NNO. bonançoso.

Da Ericéria, do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar chão.—Vento N.—Tempo claro.

Do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Vento N.—O mar bom.

De Setubal, do dia 8

Entradas—Escunas norueguesas *Ires*, e *Stella*, ambas de Bilbao, em lastro.

Saídas—Cahiques portuguezes, *Senhora da Conceição*, para Villa Nova de Portimão, com arroz, e *Santo Antonio e Almas*, para Olhão, com arroz.

Vento N.

Do dia 9

Entradas—Hiates portuguezes, *Beijinho*, do Porto, em lastro; *Conceição*, de Lisboa, com madeira. Saiu o hiate portuguez *União*, para a ilha Terceira, com sal.

Vento N.  
Do Faro, dos dias 4, 5, 6 e 7

N'estes dias não entraram nem saíram embarcações algumas.  
Do dia 8

Entrou o vapor inglez *Vasco da Gama*, de Lisboa, em lastro.  
Saiu o fachuco hespanhol *Senhora da Soledade*, para Ceuta, com varios generos.

Bom tempo.—Vento NO., mais e menos fresco.  
Do dia 9

Entradas—Cahique portuguez *Santo Antonio e Almas*, da Figueira, com sal, ovos e madeira.—Bote portuguez *S. Domingos*, de Villa Real, vazio. Saiu—Hiate portuguez *Vencedor*, para Lisboa, com aguardente, alfarroba e obra de palma.

Bom tempo.—Vento NO. bonançoso.  
De Villa Real de Santo Antonio, do dia 8

Não entrou, não saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento NNO.

Do dia 9

Não entrou nem se avista embarcação alguma.  
Saídas—Patachos ingleses, *Prima Donia*, *Schooner Saon*, e *Williers*; todos tres para Liverpool, com mineral.

O mar está bom.—Vento NO. regular.  
De Villa Nova de Portimão, do dia 6

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
O mar bom.—Vento variavel.

Do dia 7

Não entrou embarcação alguma.  
Saiu o brigue inglez *Inglishman*, para Dublin, com cortiça.

Mar bom.—Vento NO. fresco.  
De Tavira, do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Vento NNO. E. NE. regulares.

De Lagos, do dia 6  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento N. regular.

Do dia 7

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Vento N. bonançoso.—Mar bom.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 10 de abril de 1880.—O director geral, J. B. da Silva.

## FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 10 de abril—3 por cento consolidado a 45,50 e 45,55.

Bolsa de Paris, em 10 de abril—3 por cento francez a 69,90—4 1/2 dito a 96.

Bolsa de Londres, em 10 de abril—Consolidados de 94 1/8 a 94 1/4.

## AVISOS

## ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.º presidente da mesa da assembleia geral convida todos os socios a reunirem no proximo domingo 15 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, para se proceder à eleição dos cargos que faltam a preencher, visto não ter havido sessão no ultimo dia annuciado, por não ter comparecido sufficiente numero de socios.

Sala da associação, em 7 de abril de 1880.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

## CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta-feira 12 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia:  
1.º, proposta do sr. Costa Pereira sobre pautas;  
2.º, proposta do sr. Andrade Ferreira sobre os monumentos que se devem levantar a Camões e Garrett;  
3.º, parecer sobre o commercio de cereas.

O secretario, J. A. Dias.

## MONTE PIO DA CASA REAL

Na quinta feira 12 do corrente mez de abril, ás onze horas da manhã, na sala das sessões da junta administrativa, verificar-se-ha o pagamento de 87 por cento, distribuição *pro rata*, por conta das pensões vencidas no 1.º trimestre do presente anno.

Este pagamento continuará nos dias 21 e 24 do dito mez de abril aquellas pessoas, que por qual quer motivo deixarem de receber na referida quinta-feira.

É indispensavel a apresentação das certidões de vida de todas as pensionistas que não comparecerem, e as de estado das viuvias e filhas dos socios fallecidos.

Sala das sessões da junta administrativa, em 3 de abril de 1880.—Sebastião Maria de Carvalho, secretario.

## CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS MANCEROS SUJEITOS AO RECRUTAMENTO

A commissão encarregada de promover esta associação sabendo que o numero dos adherentes excede o que é necessario para a installação da referida associação, convida não só aquelles individuos que já se inscreveram, como aquelles que se queiram associar, a comparecerem na quarta-feira 11 do corrente, pelas sete horas e meia da noite, na sala do centro promotor, rua do Ferregal de cima n.º 12.

Sala do centro promotor, 4 de abril de 1880.—F. M. Alvares Botelho—A. Ribeiro Gonçalves—J. M. Velloso.

## DECLARAÇÃO

A traductora do *Jocelyn* declara que ninguem poderá copiar este romance do jornal *A Federação*, senão quem for por ella autorisado a fazer-lo. A declarante espera que nenhum dos seus concidadãos a constrangerá a proceder contra qualquer usurpação d'esta sua propriedade litteraria.—Maria José da Silva Canuto.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ  
Estudos de Innocencio Francisco da Silva, socio da academia real das sciencias de Lisboa, e de outras corporações litterarias nacionaes e estrangeiras.

Acha-se publicado o tomo 3.º, e entregue aos srs. assignantes que recebem a obra em series, a primeira do tomo 4.º; devendo publicar-se a segunda ainda no corrente mez.

Continuam a tomar-se assignaturas para a dita obra em Lisboa, na casa da residencia do autor, rua da Procição n.º 27, 2.º andar, aonde será dirigida qualquer correspondencia franca do porte, e nas lojas já annunciadas nos prospectos.

## PREÇOS DA ASSIGNATURA

Em Lisboa: por volume de 30 folhas de impressão 15440 réis, ou 240 réis por serie de 5 folhas, pagos no acto da entrega.

Para as provincias: 15680 réis por volume, cuja importancia poderá ser enviada ao autor por meio de vales do correio, como já se annunciou.

Vende-se avulsamente nas lojas dos commissarios da imprensa nacional em Lisboa, Porto e Coimbra.

São convidados os srs. subscriptores primitivos, que até agora não receberam os tomos 2.º e 3.º, nas lojas onde subscreveram, para que se dignem de ali manda-los buscar até o fim do corrente mez, aliás terão de os pagar depois pelo preço commun de 15440 réis em vez do de 15200 réis, conforme a assignatura primitiva. E a razão é, que o autor, convindo-lhe dispor quanto antes dos poucos exemplares que ainda lhe restam dos referidos tomos, não pôde responsabilizar-se a entrega-las a quem os solicitar passado o dito prazo.

## A FEDERAÇÃO

FOLHA INDUSTRIAL

DEDICADA ÀS CLASSES OPERARIAS

Publicou-se o n.º 36 do 4.º volume d'este jornal. Subscree-se e vende-se em Lisboa, nas livrarias

da vivva Marques, rua Augusta n.º 2 e 3; João Paulo Martins Lavado, n.º 8; Baptista, calçada dos Paulistas n.º 23 e 24. Em Coimbra, na livraria da imprensa da universidade; no Porto, na livraria de Foisca, rua das Hortas.—Preço em Lisboa de cada n.º pago á entrega 20 réis. Nas provincias (adiantado), tres mezes 300 réis.

## TRATADO ELEMENTAR

## SYSTEMA METRICO-DECIMAL

POR MANUEL G. HENRIQUES

Tornava-se indispensavel uma obra elementar d'esta classe, que, explicando extensamente os principios do novo systema metrico, pesos e medidas, pudesse facilitar a qualquer, por pouco versado que fosse na arithmetica, o mais completo conhecimento d'este systema, mesmo sem necessidade de mestre.

Supprir esta falta ha sido nosso proposito ao escrever a obra que annunciámos, e que sem pertencções de nenhuma natureza offerecemos ao publico.

A clareza com que ella está escripta, e a precisão de suas regras para o maior desenvolvimento e applicação do *systema metrico*, nos dá a convicção de que o publico avaliará os resultados que se devem tirar de um *tratado elementar* sobre tão importante assumpto.

A obra, illustrada com diferentes gravuras, estará dividida em quatro partes; a saber:

1.ª Arithmetica decimal.  
2.ª Systema metrico, pesos e medidas.

3.ª A sua applicação com relação ao commercio, fianças, etc., e  
4.ª Taboas de redução de todos os pesos e medidas antigas ás suas equivalentes do novo systema, e d'estas aquellas.

Esta publicação, em 4.º francez, está já no prelo, verificando-se por entregas, constando cada uma d'ellas de uma das indicadas partes de que se compõe a obra, pela ordem designada, e que por si só formam cada uma d'ellas um pequeno tratado, sendo o preço de cada uma 100 réis, pagos no acto da entrega.

Assigna-se em Lisboa nas seguintes lojas: rua Augusta n.º 31 novo, livraria de Lavado, e praça de D. Pedro n.º 81, livraria de Silva.

Os srs. assignantes das provincias deverão remetter adiantadamente, por meio de vales do correio, ao editor, rua dos Calafates n.º 110, *imprensa universal*, a quantia de 400 réis, importe total da obra, sendo-lhes esta remetida pelo correio, sem outra despesa alguma.

## THESOURO DA INFANCIA

Historia e contos mores, dedicados á mocidade portugueza e brasileira, escriptos pelos nossos mais distinctos autores contemporaneos: 1 bonito volume de 200 paginas em pequeno formato—100 réis.

Este volume compõe-se de tres partes, que foram publicadas por conselho e sob a protecção do sr. dr. Antonio Feliciano de Castilho.—Ao mesmo tempo que recreia, instrue a mocidade. Os editores não tiveram em mira nenhuma especulação commercial; o seu limitado preço prova que houve unicamente em vista propagar as leituras uteis, pondo-as ao alcance de todos.

Aos directores de casas de educação, que quizerem porção de exemplares d'esta obra, se abonará de commissão 15 por 100, até 30 exemplares; de 30 até 60, 20 por 100; de 60 até 100, 25 por 100.

Vende-se em Lisboa, no escriptorio do editor, F. A. da Silva, rua dos Douradores n.º 178, 2.º andar (esquina do largo de Santa Justa).

## MURMURIOS

## POESIAS ESCOLHIDAS

DO DR. AUGUSTO JOSÉ GONÇALVES LIMA